7479

15199
BIBLIOTECA

FERNANDO ALVES ALDEIA
GOVERNADOR DE TIMOR

TIMOR NA ESTEIRA DO PROGRESSO

PROVÍNCIA DE TIMOR

Discurso proferido na sessão de abertura da
Assembleia Legislativa e da Junta Provincial,
em Díli, no dia 29 de Maio de 1973

DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA LUSITÂNIA
LARGO DO CHIADO, 12, 2.º
LISBOA

15199

008(923.5) (042)
15199
BIBLIOTECA
13. JUL. 1973

Ex.^mos^ Senhores Vogais da Assembleia Legislativa
e da Junta Consultiva Provincial
Minhas Senhoras
Meus Senhores:

1 — Na constante evolução da descentralização administrativa e autonomia das Províncias Ultramarinas, que não afectem a unidade da Nação, nem a integridade da soberania do Estado, foram definidos largos poderes legislativos aos órgãos de governo próprio da Província, tendo apenas os limites que resultam da competência da Assembleia Nacional e do Governo da República. Desnecessário se torna salientar a responsabilidade que passa a assentar por isso sobre a actual Assembleia Legislativa de Timor, constituída por 20 vogais eleitos por sufrágio directo e orgânico — e que terão de se debruçar sobre todos os problemas e questões de real interesse para a Província.

Não basta, no entanto e tão somente, a comparência às sessões.

Incumbe aos Senhores Vogais, por direito próprio e pelo mandato que lhes foi conferido pela massa eleitoral, vigiar pelo cumprimento da Constituição e das leis, apreciar os actos do Governo e da administração local, transmitir os anseios da população e ser fiel intérprete das reclamações, queixumes e desabafos dos Povos.

Se assim procederem, serena e equilibradamente, prestarão uma meritória colaboração à Província e cooperarão intimamente com o Governo local.

Daí a necessidade de contactos frequentes com o Governador, onde e quando for conveniente, de modo a pô-lo ao corrente de tudo quanto interesse à administração provincial e a possa valorizar e facilitar.

2 — Junto do Governador e da Assembleia Legislativa, funciona a Junta Consultiva Provincial, com vogais eleitos, natos e nomeados, estes, obrigatoriamente, em regime minoritário.

Trata-se dum órgão de constante audição não só para as funções legislativas como para as executivas, permanente e precioso auxiliar do Governador no exercício das suas funções.

3 — Recaiu a eleição, num e noutro órgão, em grande parte sobre timorenses ou cidadãos aqui há muito radicados.

Importa prosseguir esta política, integrando, em todos os órgãos da administração e nas autarquias locais, elementos válidos e activos da sociedade timorense, interessando-os na discussão dos problemas da Província e na sugestão das soluções mais adequadas.

4 — No último ano, continuámos a manter as melhores relações de vizinhança com a Província Indonésia de Nusa Tengara Timur, com intercâmbios e visitas que oportunamente foram divulgadas. Manteremos esta orientação, estreitando cada vez mais os laços com a República da Indonésia.

5 — Os factos mais notáveis, quer ao nível nacional quer provincial, em seu tempo foram ao conhecimento público e, por isso, me escuso da sua enumeração.

6 — No próximo mês de Outubro processa-se a eleição de deputados para a Assembleia Nacional.

Regimento da cimeira legislativa e o órgão mais representativo nacional, há que acautelar e desde já pensar nos nomes que hão-de representar a Província de modo a obter-se presença condigna, na defesa intransigente dos interesses de Timor.

7 — Como já é tradicional e aproveitando a sessão conjunta da Assembleia Legislativa e da Junta Consultiva, vou fazer uma síntese do que foi a actividade no ano de 1972, referenciando, primeiramente, a Conjuntura Global e depois fazendo a análise sectorial dos vectores essenciais que definam a evolução e progresso sociais.

O programa estabelecido para o ano transacto foi na generalidade cumprido, com os condicionamentos próprios da falta de materiais de construção, transportes e outros, já cíclicos na Província e que tentamos a todo o custo remover ou anular.

8 — A programacão para o ano de 1973 fica expressa na parte final deste trabalho, delineada dentro das possibilidades existentes.

Por já bem conhecida, não farei referência à empreitada de estradas e aeroportos, a iniciar brevemente, mas saliento que o seu custo — de mais de 500 000 contos — é totalmente suportado pela Metrópole.

9 — Continuamos confiantes no progresso e no futuro de Timor, talvez ainda em passada lenta mas firme e decisiva, mas cremos que a aceleração, a curto prazo, vai ser uma realidade,

graças ao Governo Central e aos investimentos particulares, sobretudo estrangeiros.

Aqui fica mais um chamamento aos capitais nacionais privados, em especial os da Província, alheados muitos deles da responsabilidade que têm no desenvolvimento de Timor.

10 — Tudo quanto se fez, se faz ou se possa fazer é com vistas à melhoria de vida e promoção do povo timorense.

Tudo nada vale, se não oferecer melhor futuro, melhor cultura, melhor saúde, melhor casa, melhor alimentação, mais desafogo, melhor nível social a todo o Povo, para quem, afinal, se deve trabalhar e que é o fulcro de toda a actividade e a razão de ser de toda a máquina administrativa, quer pública quer particular.

Para ele — para o bom Povo Timorense —, continuaremos nós a trabalhar também com o mesmo afinco e entusiasmo.

I

ANÁLISE DA CONJUNTURA ECONÓMICA E SOCIAL EM 1972

Nos tempos actuais, a eficiência do Governo e dos órgãos da Administração Pública não é somente aferida pelo programa ou ideário político, mas também pelas realizações efectivas e a governação pressupõe o diálogo mútuo entre governantes e governados. Nas suas múltiplas atribuições, compete ao Governo a definição dos objectivos económicos e sociais, a responsabilidade da promoção efectiva das populações e a tomada de posição de selector das iniciativas privadas e das entidades públicas, segundo critérios de justiça e equilíbrio sociais.

Ponderando este conjunto de factores, cumpre-me dar a conhecer a todos os cidadãos, objectiva e claramente, a evolução do processo do desenvolvimento da Província, as actuais tendências da economia e algumas das acções a empreender no ano em curso.

Propositadamente, a fim de se evitar, na medida do possível, visões deformadas da realidade, optou-se por uma sumária análise dinâmica da estrutura económica de Timor, inserindo-se o ano de 1972 num contexto lógico e coerente com a política económica adoptada, mas condicionada e limitada por factores estruturais ainda não inteiramente ultrapassados.

Na análise global da situação económica e social, na sua evolução recente e em 1972, antes de procedermos a um sumário estudo sectorial, consideraremos os seguintes aspectos:

A — Comércio Externo
B — Balança de Pagamentos
C — Crédito e Moeda
D — Evolução do Produto Interno Bruto
E — Finanças Públicas.

ANÁLISE ECONÓMICA

A. Comércio externo

1 — O Comércio com o exterior constitui uma variável do grande significado na economia da Província, seja qual for o prisma por que se analise.

Numa economia pouco desenvolvida, como é a de Timor, a escassez de infra-estruturas e de meios de produção (equipamentos, capitais e conhecimentos técnicos) constitui poderosos obstáculos ao desenvolvimento acelerado.

Em agravamento a estes, outros factores há a acrescentar, entre os quais salientamos: a pequena dimensão do território e uma variedade relativamente reduzida de recursos naturais que impõem uma certa especialização na produção e a necessidade de se recorrer a importações crescentes de bens e serviços destinados às infra-estruturas económicas e sociais, aos sectores produtivos e à satisfação de necessidades decorrentes da transformação de padrões de vida, conferindo ao comércio externo um lugar estratégico e decisivo na estrutura económica da Província.

Este conjunto de factores e outros com eles interdependentes têm provocado o aparecimento de vultosos saldos negativos na balança comercial da Província.

2 — Na sumária análise da caracterização global da economia provincial, no ano de 1972, tomaremos como termos de comparação o comportamento verificado nos últimos cinco anos, que correspondem à vigência do III Plano de Fomento que terminará no fim do corrente ano.

Posto isto, analisemos o quadro n.° 1 — Evolução do Comércio Especial de Timor de 1968 a 1972.

Quadro n.° 1

Evolução do Comércio Especial de Timor de 1968 a 1972

(1963 = 100) (Em contos)

ANOS	Exportação		Importação		Saldos	Taxas de cobertura
	Valores	Índices	Valores	Índices		
1968	55 352	124	153 271	202	— 97 919	36,1
1969	61 518	136	183 504	242	— 121 986	33,5
1970	95 773	211	207 119	273	— 111 346	46,2
1971	130 517	288	207 686	274	— 77 169	62,8
1972	117 242	258	209 018	277	— 91 776	56,0

A deterioração dos saldos negativos, no período considerado, atinge o seu ponto mais alto em 1969, registando-se uma ligeira melhoria em 1970 que se acentuou em 1971, para regredir em 1972, principalmente devido a uma quebra dos valores exportados no mesmo ano, como consequência do mau ano agrícola, em virtude de condições climatéricas desfavoráveis para a maioria das culturas.

O saldo negativo da balança comercial em 1968 foi bastante superior ao valor das exportações, apresentando-se o ano de 1971 como sendo o mais favorável no conjunto. A deterioração verificada em 1972, no valor de 14 607 contos em relação ao ano transacto, é mais fictícia que real, visto existirem ainda armazenadas, na Província, mais de 2000 toneladas de café, em valor superior a 30 000 contos, provenientes da campanha cafeeira de 1972 e que não puderam ser vendidas ao exterior, devido ao facto do contingente exportável ultrapassar largamente as quotas atribuídas a Timor.

Verifica-se que houve também uma apreciável expansão global no valor das exportações, cujo indíce se elevou de 124 pontos em 1968 para 258 em 1972, tendo atingido em 1971 o seu valor máximo, 288 pontos.

A evolução das importações tem-se processado em ritmo mais moderado e irregular, permitindo, contudo, uma considerável melhoria das taxas de cobertura das importações pelas exportações, cujo coeficiente evoluiu de 36,1 em 1968 para 62,8 em 1971, baixando para 56 em 1972.

3 — Sob a óptica geográfica, podemos verificar, através do quadro n.º 2, a evolução, nos últimos cinco anos, dos saldos da balança comercial com o Estrangeiro e com o Espaço Nacional.

Quadro n.º 2

Evolução dos saldos da balança comercial

(Em contos)

ANOS	Global	Estrangeiro		Espaço Nacional	
	Valores	Valores	%	Valores	%
1968	— 97 919	— 10 819	11,0	— 87 100	89,0
1969	— 121 986	— 18 442	15,1	— 103 544	84,9
1970	— 111 346	— 11 401	10,2	— 99 945	89,8
1971	— 77 169	+ 11 873	—	— 89 042	—
1972	— 91 776	— 5 687	6,2	— 86 089	93,8

Da análise do quadro anterior, destaca-se um comportamento distinto da balança comercial da Província, que apresenta reduzidos déficites em relação ao Estrangeiro e vultosos saldos negativos em relação ao Espaço Nacional.

Os saldos com o Estrangeiro mostram uma evolução muito irregular, em virtude da expansão das importações não ter sido acompanhada por correlativos movimentos de amplitude semelhante nas exportações e porque estas se concentram numa escassa gama de produtos agrícolas, cujas produções e preços estão fortemente condicionados por factores climatéricos (durante o ciclo de produção) e pelas flutuações do mercado internacional (na comercialização).

Deve, todavia, notar-se que a América aumentou as suas aquisições à Província, em 1972, na ordem de 72,7% em relação ao ano anterior, podendo este facto significar a existência de um gigantesco mercado potencial para o café de Timor, em especial para o «Robusta».

Relativamente ao Espaço Nacional, o nosso nível de exportações tem-se revelado diminuto, enquanto o de importações apresenta valores elevados, resultando daí um agravamento pronunciado dos saldos negativos, os quais ultrapassaram os 100 mil contos em 1969, diminuindo nos anos seguintes para 99 945 contos e 89 042, respectivamente em 1970 e em 1971, situando-se em 1972 no nível de 86 089 contos, valor que representa 93,8% do saldo negativo global, cabendo à Metrópole a maior percentagem.

RAZÕES DE TROCA

1 — O preço médio da tonelado exportada tem sido superior ao preço médio da tonelada importada, o que significa uma melhoria progressiva das razões de troca à qual corresponde uma maior capacidade da Província para importar os bens económicos de que carece.

A evolução das razões de troca é facilmente observável pela leitura dos valores do quadro n.° 3.

Quadro n.º 3

Evolução das razões de troca

(Valor em contos)

ANOS	Preço médio d/T. Importação	Preço médio d/T. Exportação	Razões de troca
1968	9 799	12 004	1,225
1969	8 483	11 248	1,326
1970	10 861	14 691	1,353
1971	7 151	17 701	2,475
1972	6 966	17 547	2,519

A instabilidade das razões de troca dos territórios exportadores de produtos primários ou de base é uma regra geral dos países pouco desenvolvidos, em virtude de o preço das exportações, quase sempre baseado num reduzido número de produções agrícolas, estar sujeito, entre outros condicionamentos, a grandes flutuações no mercado internacional.

Timor tem escapado a esta situação geral, apresentando, ao longo do período, uma melhoria das razões de troca pelo simples facto de as exportações estarem fortemente concentradas no café que, felizmente, apesar de muito susceptível de oscilações, tem sido um produto relativamente bem cotado no mercado mundial e porque a incipiente e ligeira indústria da Província pouco recorre a bens de equipamento.

Através do quadro n.º 4, no qual se encontram os valores das razões de troca desagregados para o Espaço Nacional e Estrangeiro, pode verificar-se a sua evolução, por zonas.

Quadro n.º 4

Evolução das razões de troca por zonas

Designação	1968	1969	1970	1971	1972
Territórios nacionais .	0,65	0,76	1,16	1,44	1,27
Estrangeiro	2,15	2,34	1,98	3,77	2,87

Pela leitura do quadro, observa-se que as razões de troca têm registado uma sensível melhoria tanto para o Espaço Nacional como para o Estrangeiro, apresentando em relação a este uma posição ainda mais favorável, ao longo do período. Todavia, em 1972, verificou-se uma ligeira determinação em relação ao ano transacto.

IMPORTAÇÃO

1 — Em termos relativos, a evolução da origem das importações tem-se processado no sentido de um acréscimo dos produtos provenientes do Estrangeiro. Em relação ao Espaço Nacional, houve diminuição. Com efeito, verificou-se neste uma baixa que, de 60,9% em 1968, em curva descendente, atingiu o nível de 45,6% em 1972.

Em valores absolutos, com o Estrangeiro, em todos os anos se registaram acréscimos por vezes bastante acentuados. No referente ao Espaço Nacional, verificou-se um acréscimo até 1970 e decréscimo nos dois últimos anos, como resultado de uma maior liberalização do comércio importador que teve como consequência a efectivação de um maior volume de compras em áreas geográficas mais próximas de Timor e uma baixa no preço médio de tonelada importada.

O quadro n.º 5 apresenta os valores globais da evolução da origem das importações no último quinquénio.

Quadro n.º 5

Evolução da origem das importações

ANOS	Estrangeiro		Espaço Nacional	
	Contos	%	Contos	%
1968	59 917	39,1	93 354	60,9
1969	73 145	39,9	110 359	60,1
1970	93 545	45,2	113 573	54,8
1971	107 732	51,9	99 953	48,2
1972	113 678	54,4	95 340	45,6

A Metrópole apresenta uma evolução muito semelhante à observada no quadro para o Espaço Nacional, em geral, com excepção de 1970, ano em que se registou um decréscimo, e uma ligeira subida em 1971 e em 1972, em termos relativos das importações.

Quanto ao Ultramar, a evolução revela um significativo aumento, quer em termos relativos quer em valores absolutos, excepto nos dois últimos anos que sofreram uma apreciável quebra.

2 — Através da leitura do quadro n.º 6, verificam-se quais as principais importações de Timor.

Quadro n.º 6

Principais importações de Timor

(Em milhares de contos)

Produtos	1968	1969	1970	1971	1972
Matérias têxteis e respectivas obras	31,3	37,5	46,1	27,9	25,3
Aparelhos, máquinas e material eléctrico	12,3	12,6	21,0	21,5	20,4
Material de transporte terrestre	9,0	7,9	16,2	15,5	18,8
Ferro e aço	6,3	4,7	15,5	9,8	10,5
Gasolina e gasóleo	6,3	7,2	14,0	10,8	11,5
Cerveja	6,4	8,2	9,6	10,7	5,7
Farinha de trigo e preparados de cereais	5,1	8,2	7,0	9,1	9,4
Tabaco	5,1	5,1	6,3	7,5	4,5
Produtos farmacêuticos	3,0	3,3	5,3	2,8	4,0
Calçado	3,8	3,0	4,8	4,7	5,1
Leite e lacticínios, ovos de aves, mel	4,0	5,5	5,1	6,9	6,7
Açúcar	3,6	5,8	4,1	5,0	5,8
Cutelaria e ferramentas	2,3	2,2	3,6	x	x
Cimento	3,3	7,1	3,5	10,4	4,8
Vinho	4,6	11,7	3,4	4,3	5,2
Instrumentos, aparelhos de óptica, fotografias, etc.	1,8	2,6	2,8	2,2	2,1
Azeite	1,2	2,1	1,5	2,9	1,1

x — Valor desconhecido.

Considerando as principais mercadorias importadas, verifica-se que, ao longo do período, evoluíram no sentido de uma maior expansão os produtos de aparelhos, máquinas e material eléctrico, de material de transporte terrestre, gasolina e gasóleo, ferro, aço e cimento, vestuário, produtos alimentares e bebidas.

Em 1972 houve, em relação a 1971, um ligeiro aumento de valores das importações de material de transporte terrestre, de ferro e aço, de combustíveis, de calçado, de farinha e vinhos, acréscimos que não devem ser imputados tanto ao aumento quantitativo das mercadorias como ao aumento de preços CIF.

Pelo contrário, verificou-se em 1972, em relação ao ano transacto, uma contracção na importação de cimento em cerca de 54,9%, de cerveja em 46,7%, e de tabaco em 40%, em parte imputável à falta e irregularidade dos meios de transporte para abastecimento regular do mercado da Província e, em relação ao cimento, às reservas do ano anterior.

No conjunto, os bens de investimento mantiveram a sua tendência expansionista, enquanto alguns bens de consumo sofreram contracções, por vezes, bastante sensíveis.

3 — Quanto à origem das importações, os principais fornecedores, em 1972, foram, no Espaço Nacional, a Metrópole (27,6%), Macau (9,2%) e Moçambique (7,8%). De entre estes, verifica-se que o volume dos fornecimentos da Metrópole se tem mostrado irregular, mas que em 1972 foi ligeiramente superior ao verificado em 1970 e em 1971, enquanto os de Moçambique se apresentam em 1972 como sendo os mais baixos desde há sete anos, o que explica a quebra da importação dos bens de consumo oriundos daquela Província.

De entre os fornecedores estrangeiros destacam-se Singapura, Austrália, Japão, Reino Unido, Hong-Kong e Holanda, devido à proximidade geográfica de uns países e ligações marítimas mais frequentes de outros.

EXPORTAÇÃO

1 — As exportações para o Estrangeiro, embora aumentando significativamente em valor absoluto, têm mantido em percentagem um nível sensivelmente idêntico ao longo dos últimos cinco anos, com um valor médio de 89,4 por cento.

Para o Espaço Nacional, as exportações têm revelado uma evolução irregular, quer percentualmente quer em valores absolutos, tendo atingido o valor mais elevado em 1970, cerca de 13 630 contos, situando-se, em 1972, em 9251 contos aos quais corresponde a percentagem de 7,9 por cento, como melhor se observa no quadro n.º 7.

Quadro n.º 7

Evolução da exportação total

ANOS	Estrangeiro		Espaço Nacional	
	Contos	%	Contos	%
1968	49 098	88,7	6 254	11,3
1969	54 703	89,0	6 615	11,1
1970	82 145	85,8	13 628	14,2
1971	119 606	91,6	10 911	8,4
1972	107 991	92,1	9 251	7,9

Aliás, no conjunto da estrutura exportadora dirigida para o Espaço Nacional, só se revestem de significado as destinadas à metrópole, pois representaram em média, no período considerado, 9,5%, enquanto as dirigidas ao Ultramar atingiram apenas um modesto nível médio de 1,04 por cento.

A exportação, além de quantitativamente pouco expressiva, demonstra uma forte concentração num único produto — o café —, que no último quinquénio representou em média cerca de 87,5% do valor total exportado e, em 1972, o excepcional valor de 92 por cento.

Ao café, segue-se a copra, que apresentou no mesmo período uma percentagem média de 6,86% e, em 1972, apenas 3,8 por cento. Deve, todavia, notar-se que a Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho não só adquiriu grandes quantidades de copra no mercado provincial, destinada a ser laborada pela fábrica de sabões, como no final do ano (1972) retinha em armazém 380 toneladas para o mesmo fim. Houve, em relação ao ano transacto, um aumento de produção e consumo interno. O valor exportado foi inferior ao verificado nos anos anteriores, por ter havido maior procura para aproveitamento interno e devido à baixa de $90 por kg do produto nos mercados internacionais. Os restantes produtos, como a cera, a borracha, o amendoim, o feijão, o camim e outros, tiveram em 1972 ainda menor relevância no contexto das exportações que nos anos anteriores, pois, no conjunto, atingiram o insignificante valor de cerca de 5 por cento.

Observemos o quadro n.° 8.

Quadro n.° 8

Evolução percentual das principais exportações de Timor

Produtos	1968	1969	1970	1971	1972
Café	86,9	81,3	89,0	90,0	92,0
Copra	6,6	11,9	6,3	5,7	3,8
Cera	1,5	1,6	1,0	1,1	—
Borracha	1,5	1,5	0,9	0,8	—
Amendoim	1,4	1,3	0,7	0,8	0,5
Camim	0,7	0,9	0,6	0,7	—

Facilmente se depreende que a economia de Timor é altamente vulnerável, pois se concentra praticamente só no café que, além de ser um produto altamente sensível à flutuação das cotações internacionais, é ainda agravado por incontroláveis factores condicionantes do volume e da qualidade da produção.

B. Balança de pagamentos

1 — Conforme se pode analisar no quadro n.° 9, ao longo do período do III Plano de Fomento, a balança de pagamentos tem evoluído no sentido de uma nítida melhoria, embora de forma irregular. No ano de 1972, tanto os valores creditados como os debitados sofreram forte incremento, em que os valores entrados só não acusaram maior expansão por não ter sido possível a exportação de um elevado contingente do nosso café. Portanto, o saldo de 1972, o mais baixo do período, não traduz verdadeiramente a realidade económica da Província.

Quadro n.° 9

Evolução dos saldos da balança de pagamentos

(Em contos)

ANOS	Saldo que trasitou do ano anterior	Valores entrados	Valores saídos	Saldo que transita para o ano seguinte
1968	17 016	189 591	184 117	+ 22 490
1969	71 182 (a)	180 288	201 339	+ 50 131
1970	50 131	237 133	253 346	+ 33 918
1971	33 918	266 368	263 589	+ 36 697
1972	36 697	331 776	348 258	+ 20 215

(a) Inclui 22 490 contos efectivamente transitados do ano anterior e 48 692 contos que se encontravam acumulados na conta de Reserva do Banco de Portugal.

Esta situação excedentária é algo ilusória e corresponde a uma situação económica precária que exige ajustamentos, adopção de providências adequadas e a execução de uma política atinente a promover o reequilíbrio.

Na verdade, como se verifica através do quadro n.° 10, o equilíbrio da balança de pagamentos é apenas contabilístico, resultado do processo de notação dos valores das liquidações das transacções e das transferências efectuadas entre a economia provincial e o exterior.

Quadro n.º 10

Estrutura e evolução da balança de pagamentos

(Em contos)

Rubricas	1971			1972		
	Crédito	Débito	Saldo	Crédito	Débito	Saldo
Transacções Correntes . .	**150 513**	**238 016**	**— 107 504**	**189 041**	**260 162**	**— 71 121**
Mercadorias	*123 876*	*204 308*	*— 80 432*	*173 117*	*214 070*	*— 40 953*
Invisíveis correntes . . .	*6 637*	*33 709*	*— 27 072*	*15 924*	*46 092*	*30 168*
Transportes .	2 394	15 010	— 12 616	1 413	4 085	— 2 672
Seguros e resseguros . .	120	1 021	— 901	140	624	— 684
Turismo . .	3 210	2 999	+ 211	3 682	1 556	+ 2 126
Transferências privadas . .	913	6 929	— 8 017	10 689	28 315	— 17 626
Rendimentos de capitais . .	—	5 749	— 5 749	—	11 312	— 11 312
Operações de capital . . .	**135 651**	**25 484**	**+ 110 167**	**139 356**	**84 913**	**+ 54 443**
Sector privado	—	*4 787*	*— 4 787*	—	*61 138*	*— 61 138*
Curto prazo .	—	4 787	— 4 787	—	61 138	— 61 138
Longo prazo .	—	—	—	—	—	—
Sector público	*135 651*	*20 697*	*+ 114 953*	*139 356*	*23 775*	*+ 115 581*
Estado e Serviços . . .	135 260	13 492	+ 121 768	139 356	15 261	+ 124 095
Operações várias	391	7 205	— 6 814	—	8 514	— 8 514
Anulações . .	**205**	**90**	**+ 115**	**3 379**	**3 183**	**+ 196**
TOTAL .	266 369	263 590	+ 2 779	331 776	348 258	— 16 482

2 — Genericamente, o panorama da balança de pagamentos evidencia a existência de um comércio externo fortemente deficitário e saldos negativos registados praticamente em todas as rubricas, um nível de invisíveis correntes demasiado incipiente no «Turismo» e um relativo equilíbrio apenas obtido pelas operações de capital no sector público, devido à ajuda extraordinária da Metrópole para financiamento dos Programas do Plano de Fomento e dos Serviços Militares.

A estrutura e evolução da balança de pagamentos de

Timor aconselha o fomento da produção e exportação de bens e serviços, a fim de se evitarem possíveis restrições nas transacções e transferências com o exterior determinantes de débitos na balança ou outras providências também pouco populares.

C. Crédito e moeda

1 — A concessão de crédito através do Banco Nacional Ultramarino tem ultrapassado ligeiramente os 90%, atingindo em 1972 o nível de 94,2%, o qual tem actuado, de preferência, sobre o sector comercial, que tem absorvido cerca de 98% dos seus empréstimos.

Quadro n.º 11

Crédito concedido pelo Banco Nacional Ultramarino

(Em contos)

Sectores e entidades	1968	1969	1970	1971	1972
Agricultura	*1 942*	*2 187*	*3 565*	*2 416*	*3 029*
Empréstimos caucionados .	1 890	1 819	2 462	1 480	2 027
Descontos de letras . . .	52	368	1 103	936	1 002
Comércio	*111 457*	*124 902*	*200 774*	*246 617*	*254 664*
Empréstimos caucionados .	101 384	120 910	186 242	231 965	236 656
Descontos de letras . . .	10 073	3 992	14 532	14 652	18 008
Indústria	*30*	*288*	*1 363*	*1 528*	*1 547*
Empréstimos caucionados .	—	—	646	438	—
Descontos de letras . . .	30	288	717	1 090	1 547
Total . . .	113 429	127 377	205 702	250 561	259 240

Sendo a acção exercida essencialmente sobre o comércio, os sectores produtivos ficam relativamente estrangulados e só quase à mercê de empréstimos de organismos creditícios do Estado, cuja escassez de recursos limita a sua acção de fomento.

O volume de crédito concedido pelos Fundos de Comercialização, Diversificação e Desenvolvimento e pela Caixa de Crédito destinou-se, fundamentalmente, ao fomento agro-pecuário, ao apoio a pequenas iniciativas industriais e empresariais, e ainda ao comércio e à habitação, não tendo, porém, produzido forte impacto no estrutura produtiva.

O quadro n.º 12 indica-nos o montante de financiamento concedido através dos Organismos Estatais.

Quadro n.º 12

Financiamento através de Organismos Estatais

(Em contos)

ANOS	Total	F. de Comercialização	F. de Diversificação e Desenvolvimento	Caixa de Crédito
1968	2 802	2 802	—	—
1969	3 690	3 470	—	220
1970	10 964	5 564	300	5 100
1971	17 087	8 368	3 287	5 440
1972	6 613	2 661	3 227	725

No conjunto, registamos uma evolução significativa do volume de crédito distribuído, em qualquer dos organismos apontados. Verifica-se, porém, uma forte quebra em 1972, especialmente devido à consignação de vultosas receitas do Fundo de Comercialização para ocorrer aos encargos com a construção do novo edifício dos Serviços Económicos e à debilidade de «Fundos próprios» da Caixa de Crédito, embora se preveja um empréstimo de 15 000 contos no B. N. U. no ano de 1973.

Caixa Económica Postal

2 — O quadro n.º 13 evidencia o movimento dos últimos quatro anos, constatando-se uma evolução favorável em todos os aspectos, sobretudo no número e volume dos depósitos. Com efeito, em 1972 verificou-se um acréscimo em relação ao ano transacto de 359 depósitos e o valor depositado passou de 5250 contos em 1969 para 9546 contos em 1972, a que corresponde um acréscimo percentual de cerca de 82 por cento.

Quadro n.º 13

Caixa Económica Postal

ANOS	Número total de depósitos	Número de novos depósitos	Volume de depósitos (Contos)	Valores de empréstimos realizados (Contos)
1969	2 115	296	5 250	6 641
1970	2 286	315	6 822	6 075
1971	2 497	337	8 165	9 331
1972	2 856	349	9 546	9 136

Todavia, pelo facto de os empréstimos deste organismo se destinarem essencialmente a funcionários e corpos administrativos, a sua acção não se tem desenvolvido em aplicações reprodutivas. De qualquer, modo, a sua favorável evolução é um indicador válido da maior propensão à poupança dos detentores de modestos rendimentos, da melhoria económica de alguns estratos da população, e espera-se que, dentro em breve, a acção da Caixa Económica Postal seja uma realidade nos meios rurais onde incentive e capte modestas poupanças.

3 — Os saldos excedentários da balança de pagamentos, essencialmente devidos às importações de capitais da Metrópole destinados aos investimentos do Plano de Fomento, tiveram como resultado o acréscimo das disponibilidades líquidas em meios de pagamento imediatos e/ou quase imediatos.

Este factor fundamental tem proporcionado a expansão do crédito distribuído, o natural aumento do «stock monetário» e uma tendência para criação de pressões inflacionistas na economia da Província.

4 — A expansão do mercado monetário, no período de 1968/72, pode ser observado através da progressão, da circulação monetária (quadro n.º 14), que se elevou, no quinquénio referido, em 63 181 contos, correspondentes a um acréscimo percentual de cerca de 86%, montante superior à média anual verificada em 1966 (60 816 contos).

Quadro n.º 14

Meios de pagamento

CIRCULAÇÃO MONETARIA POR MÉDIA ANUAL

ANOS	Contos	Índice 1962 = 100
1968	73 242	213
1969	81 370	237
1970	97 691	285
1971	105 527	308
1972	136 422	398

5 — O volume médio anual da circulação monetária tem sofrido um aumento gradual e regular, verificando-se um notável incremento de 1971 para 1972 (+ 30 895 contos) que evidencia um efectivo crescimento da economia e mais intensa procura de bens que, por sua vez, exigem maior volume de meios de pagamento.

D. Evolução do Produto Interno Bruto

1 — A análise da situação económica e social da Província, com base nos dados de contabilidade nacional, é dificultada pelo facto de se dispor apenas de escassos dados estatísticos e insuficientemente laborados que nos permitam dispor de elementos discriminados relativos aos vários agregados de contas. No entanto, como são estes indicadores aqueles que nos dão uma ideia mais correcta do desenvolvimento económico da Província, com base em publicações estatísticas, elaborámos alguns quadros que nos fornecem uma panorâmica global que caracteriza as tendências gerais da economia provincial.

2 — O ano de 1968, que coincide com o início do III Plano de Fomento, revela-se, para Timor e para todo o espaço ultramarino, como o limiar de uma fase de mais acelerado desenvolvimento. No quadro n.º 15 podemos verificar a evolução do Produto Interno Bruto a preços de mercado (preços constantes de 1963) e as respectivas capitações da Província.

Quadro n.º 15

Produto Interno Bruto a preços de mercado e capitações dos respectivos mercados

(Preços constantes de 1963)

TIMOR

ANOS	P. I. B. (Milhares de Contos)	Capitações (Escudos)
1968	1 455	2 514
1969	1 550	2 641
1970	1 639	2 755
1971	1 732	2 874
1972	1 835 (a)	2 990 (a)

(a) Valores provisórios.

Sendo a economia de Timor dualista, consideramos nos valores referidos não só os fluxos monetários, calculados sobre um restrito número de indicadores seleccionados, como ainda os fluxos não monetários estimados sobre o serviço prestado pela habitação, pelo autoconsumo alimentar e pelo trabalho não remunerado no lar.

Da análise dos valores apresentados, se constata que a população de Timor vive com pouco desafogo económico e que os acréscimos registados na ordem de 6% para o P. I. B. e mais de 4% para o rendimento médio «per capita» são, no entanto, bastante animadores, fazendo admitir que estes valores subam ainda mais rapidamente para os níveis desejados e compatíveis com as potencialidades do território, de modo a superar, a médio prazo, os actuais desníveis de crescimento económico de Timor em relação aos outros territórios nacionais.

3 — No que respeita aos índices de monetarização, em Timor, a evolução tem-se processado nos últimos anos em ritmo apreciável, como se pode verificar através da leitura do quadro n.° 16.

Quadro n.° 16

Índices de monetarização

(P. I. B. a preços de mercado)

ANOS	ÍNDICES
1968	31,9
1969	36,6
1970	42,1
1971	46,4
1972	50,0 (a)

(a) Valor provisório.

Os valores apresentados revelam uma progressiva integração das populações autóctones em estado de subsistência na economia de mercado, com evidentes efeitos benéficos no seu nível de desenvolvimento.

Este fenómeno deve-se essencialmente à distribuição de salários ao pessoal trabalhador empregue nas obras do Estado, a maioria das quais é suportada pelo Plano de Fomento, ao produto da venda do café e de outros excedentes agrícolas e ainda à expansão da actividade comercial.

Por razões estruturais, o autoconsumo é ainda de elevado volume e contribui de maneira significativa para o produto da Província, mas verifica-se, indiscutivelmente, entre as populações rurais, um conjunto de motivações estimulantes do desejo de adquirir maior número de bens e serviços em mercado que, fundamentalmente, se traduz no fascínio de apropriação de certos meios de produção e na oferta espontânea da força de trabalho.

E. Finanças públicas

Evolução das receitas cobradas

1 — Uma análise do sistema tributário da Província parece indicar-nos que o montante dos impostos directos é superior à tributação indirecta, o que seria indicador de um avançado estado de desenvolvimento. Existe, porém, um imposto de consumo, designado «imposto de produção e consumo», incluído no Capítulo «Indústrias em Regime Tributário Especial», e um imposto variável, cobrado pela Alfândega, incluído em «Impostos Directos Gerais», quando, efectivamente, são impostos indirectos, podendo, portanto, induzir a uma interpretação errónea da estrutura fiscal de Timor.

A predominância da tributação indirecta sobre a directa é característica duma economia pouco desenvolvida, uma vez que existem enormes dificuldades na aplicação do imposto numa base pessoal, em virtude das muitas possibilidades de evasão fiscal e, por conseguinte, haver acentuados desvios entre o rendimento real e o determinado. Enquanto as estruturas administrativas e fiscais não forem suficientemente fortes, afigura-se necessário e preferível o recurso à tributação indirecta que recai sobre o consumo e, portanto, tem maior incidência nos indivíduos e nas famílias com maior propensão ao consumo e poder aquisitivo apto a suportá-lo.

No Capítulo «Impostos Directos Gerais» a maior percentagem cabe ao imposto domiciliário, que é um imposto de capitação de taxa única e quase simbólica, independentemente das condições económicas de cada contribuinte.

Porém, uma reforma do sistema tributário adequada às condições económicas e sociais da Província, com vista a uma distribuição mais justa e equitativa da carga fiscal, está inscrita no programa do Governo.

Conforme se pode verificar no quadro n.º 17, a receita ordinária no período decorrente entre 1968 e 1972 sofreu um aumento de 106 496 contos (+ 96%). O acréscimo verificou-se de forma significativa em todos os Capítulos, com excepção de «Rendimento de Capitais» e do «Domínio Privado». Em valores relativos, o ano de 1972 apresenta ligeira subida em relação ao ano anterior, que, contudo, não atinge uma unidade em qualquer dos capítulos. Apenas o valor de «Indústrias em Regime

Quadro n.º 17

Evolução das receitas cobradas

	1968		1969		1970		1971		1972	
	Contos	%	Contos	%	Contos	%	Contos	%	Contos	%
RECEITA ORDINÁRIA	*110 838*	*67,2*	*127 099*	*69,8*	*170 006*	*75,1*	*209 581*	*75,1*	*217 329*	*78,6*
Impostos Directos Gerais . . .	33 322	20,2	34 422	18,9	36 114	16,0	39 764	14,2	41 716	15,1
Impostos Indirectos	15 649	9,5	17 064	9,4	22 703	10,0	32 019	11,5	34 799	12,6
Indústrias em Regime Tributário Especial	7 023	4,3	6 664	3,7	10 038	4,4	20 597	7,4	20 373	7,4
Taxas: rendimentos de diversos Serviços	24 849	15,1	26 323	14,4	32 224	14,2	38 785	13,9	35 918	13,0
Domínio Privado, Empresas e Indústrias do Estado — Participação de Lucros	10 192	6,2	10 950	6,0	7 226	3,2	7 092	2,5	9 172	3,3
Rendimentos de Capitais, acções e obrigações de Bancos e Companhias	2 000	1,2	1 000	0,5	—	—	—	—	—	—
Reembolsos e reposições	3 061	1,8	3 231	1,8	4 479	2,2	5 497	2,0	7 768	2,8
Consignação de receitas	14 742	8,9	27 445	15,1	56 822	25,1	65 827	23,6	67 584	24,4
RECEITA EXTRAORDINÁRIA . .	*53 946*	*32,8*	*55 090*	*30,2*	*56 390*	*24,9*	*69 591*	*24,9*	*59 264*	*21,4*
TOTAL . . .	**164 784**	**100**	**182 189**	**100**	**226 396**	**100**	**279 172**	**100**	**276 593**	**100**

FONTE: Contas de Gerência e de Exercícios.

Tributário Especial» se manteve estacionário (7,4%) nos dois últimos anos.

Quanto à importância relativa da receita ordinária e extraordinária, regista-se que, em 1968, aquela representava 67,2%, cabendo a esta 32,8%, tendo, em 1972, o peso da primeira passado para 78,6%, enquanto o da receita extraordinária baixou para 21,4%.

Evolução das despesas realizadas

2 — Observando-se o quadro n.° 18, relativo às despesas realizadas no período de 1968 a 1972, verifica-se que é nítido o acentuado aumento do total de despesas públicas, que apenas sofreu ligeiro abrandamento de ritmo entre 1971 e 1972. Se, por um lado, a parte correspondente à Despesa Extraordinária se tem mantido em nível quase estacionário, por outro lado verifica-se um acentuado acréscimo no nível da Despesa Ordinária. Dentro desta, as maiores percentagens respeitam à «Administração Geral e Fiscalização», «Serviços de Fomento» e «Encargos Gerais».

Quanto à evolução, no tempo, dos diversos Capítulos de Despesa Ordinária, verifica-se uma certa estabilidade ou aumento muito ligeiro em todos aqueles cuja percentagem é reduzida, com excepção de «Aposentação, jubilações, pensões e reformas». Nos Capítulos que já têm um certo peso, sob o ponto de vista percentual, verifica-se que a «Administração Geral e Fiscalização» se tem mantido ao mesmo nível, e que tem havido um acréscimo gradual no que respeita a «Serviços de Fomento» e a «Encargos Gerais», a traduzir um aumento geral do custo de vida e dos encargos com o Funcionalismo.

É ainda de referir que o Capítulo referente a «Defesa Nacional — Forças Armadas» tem vindo a perder importância, quer percentualmente quer mesmo em redução efectiva dos montantes de despesa.

Note-se que, tal como se indicou no referente a receitas, também a Despesa Extraordinária aplicada em Fomento tem vindo a perder posição relativamente às despesas de administração, ou seja à Despesa Ordinária, em virtude de a capacidade de execução da Província em trabalhos de fomento não se ter alterado significativamente, e devido ao mesmo nível das dotações anuais atribuídas a Timor pelo III Plano de Fomento. Porém, no decorrente ano, o nível de despesa extraordinária melhorará a sua posição com o início da execução da empreitada de estradas e aeródromos.

Quadro n.º 18

Evolução das despesas realizadas

	1968		1969		1970		1971		1972	
	Contos	%	Contos	%	Contos	%	Contos	%	Contos	%
DESPESA ORDINÁRIA	*94 615*	*67,3*	*115 269*	*67,7*	*146 196*	*72,2*	*179 397*	*72,1*	*200 195*	*77,2*
Dívida da Província	920	0,6	577	0,3	1 363	0,7	1 561	0,6	2 631	1,0
Governo da Província e Representação Nacional	893	0,6	1 106	0,6	962	0,5	1 433	0,6	1 176	0,5
Aposentações, jubilações, pensões e reformas	2 858	1,9	2 972	1,7	2 126	1,5	4 929	2,0	6 719	2,6
Administração Geral e Fiscalização	35 642	24,0	44 791	26,3	50 232	24,8	57 107	22,9	64 246	24,8
Serviços de Fazenda	4 600	3,1	4 961	2,9	5 784	2,9	6 894	2,8	7 684	3,0
Serviços de Justiça	982	0,7	1 034	0,6	1 048	0,5	1 201	0,5	1 402	0,5
Serviços de Fomento	17 183	11,6	27 271	16,0	41 178	20,3	52 086	20,9	55 721	21,5
Defesa Nacional - Forças Armadas	5 388	3,6	5 149	3,0	5 282	2,6	4 688	1,9	4 673	1,8
Serviços de Marinha	915	0,6	3 504	2,1	4 624	2,3	4 061	1,6	5 095	2,0
Encargos Gerais	24 892	16,8	23 703	13,9	32 296	15,9	45 270	18,2	49 951	19,3
Exercícios Findos	342	0,2	201	0,1	301	0,1	167	0,1	897	0,3
DESPESA EXTRAORDINÁRIA . .	*53 946*	*36,3*	*55 090*	*32,3*	*56 390*	*27,8*	*69 591*	*27,9*	*59 264*	*22,8*
TOTAL . . .	**148 561**	**100**	**170 359**	**100**	**202 586**	**100**	**248 988**	**100**	**259 459**	**100**

FONTE: Contas de Gerência e de Exercícios.

Orçamento Geral da Província

3 — O Orçamento Ordinário apresenta saldos que têm oscilado ao longo do período, tendo atingido os maiores valores em 1971 e em 1970. Estes saldos resultam do excesso de cobrança da receita sobre a previsão e da contenção de despesas públicas tanto com pessoal como com material.

Num território com limitados recursos financeiros como Timor, torna-se indispensável um rigoroso controlo sobre a realização de certas despesas, já que é com o recurso às disponibilidades existentes no fim de cada exercício financeiro que a Província ocorre aos prementes encargos de Administração que surgem ao longo do ano e comparticipa nos programas do Plano de Fomento, reforçando as dotações atribuídas pela Administração Central.

As receitas extraordinárias são contabilizadas em função das despesas realizadas, não apresentando, portanto, qualquer saldo, e têm como fonte principal o subsídio atribuído pela Metrópole para a execução do Plano de Fomento, e em muito menor escala as disponibilidades provenientes dos saldos do Orçamento Ordinário.

O Orçamento Geral da Província reflecte, conforme evidencia o quadro n.º 18-A, o acréscimo das receitas e despesas ordinárias, visto que as extraordinárias se têm mantido, com excepção de 1971, em nível relativamente estacionário.

Quadro n.º 18-A

Evolução das Receitas e Despesas Públicas (1968-1972)

(Em contos)

	1968	1969	1970	1971	1972
ORÇAMENTO ORDINÁRIO:					
Receita Ordinária	110 838	127 099	170 006	209 581	217 329
Despesa Ordinária	94 615	115 269	146 196	179 397	200 195
Saldo	16 223	11 830	23 810	30 184	17 134
ORÇAMENTO EXTRAORDINÁRIO:					
Receita Extraordinária . .	53 946	55 090	56 390	69 591	59 264
Despesa Extraordinária . .	53 946	55 090	56 390	69 591	59 264
Saldo	—	—	—	—	—
TOTAL:					
Receitas (Ord. + Ext.).	164 784	182 189	226 396	279 172	276 593
Despesas » »	148 561	170 359	202 586	248 988	259 459
Saldos	16 223	11 830	23 810	30 184	17 134

III PLANO DE FOMENTO

4 — No contexto das Finanças Públicas merece uma especial referência a ajuda financeira da Metrópole à Província, através do Plano de Fomento.

Sem as verbas do Plano de Fomento, as actuais receitas do orçamento da Província apenas suportariam as despesas com o funcionamento da máquina da Administração, ficando cerceada a maioria das iniciativas de Fomento por parte do Estado.

Graças a estas verbas, tem sido possível o aumento e melhoria de qualidade na produção e assistência agrícola e pecuária, a implantação de pequenas unidades industriais, uma notável expansão dos benefícios de carácter urbano às populações rurais, nomeadamente em abastecimentos de água, energia, urbanização, saneamento e habitação, além da cobertura escolar e sanitária de toda a Província. As infra-estruturas de transportes, de comunicações e turísticas têm beneficiado muito dos investimentos dos Planos de Fomento. A capacidade de importar os bens de que a Província necessita, a permanência de técnicos de diversas especialidades e o poder de compra e desafogo de alguns sectores da população, bem como a progressiva integração das populações autóctones na economia de mercado e a taxa bastante elevada de crescimento económico, em grande parte, são devidos às injecções de capital dos Planos de Fomento nos circuitos económicos da Província.

São por si suficientemente elucidativos os empreendimentos proporciados a Timor, entre os quais mencionamos: numerosos edifícios escolares e hospitalares, abastecimentos de água e energia, construção de residências para funcionários em Díli e no interior, a construção do porto de Díli e da pista de Baucau, a Central Telefónica Automática de Díli, aquisição de equipamentos hospitalares e escolares e de diversos medicamentos, a manutenção da Brigada de Endemias dos Serviços de Saúde e da Brigada de Nosologia e Patologia Animal, o emprego de numeroso pessoal tanto técnico como trabalhador nas obras do Plano de Fomento, o abastecimento de energia à cidade de Díli, as asfaltagens, aterros e saneamento da mesma cidade, e tantas outras realizações que nos dispensamos de enumerar, mas que constituem a essência da evolução dos sectores que na 2.ª parte sumariamente analisaremos.

Como indicador significativo do peso dos Planos de Fomento no fomento da Província, podemos observar, no quadro n.º 19, o montante de investimentos realizados nos diversos sectores ao abrigo do III Plano de Fomento.

Deve notar-se que a comparticipação financeira da Pro-

Quadro n.º 19

Despesas realizadas ao abrigo do III P. F.

SECTORES	1968			1969			1970			1971			1972		
	Dotação ajustada	Dispendida	%	Dotação ajustada	Dispendida	%	Dotação ajustada	Dispendida	%	Dotação ajustada	Dispendida	%	Dotação ajustada	Dispendida	%
TOTAL	58 200	46 285	79,5	72 816	44 654	61,3	89 332	44 982	50,3	66 100	57 544	87,0	105 556	46 311	43,0
I — Agricultura, Silvicultura e Pecuária	10 450	8 884	85,0	10 026	8 316	82,9	8 485	5 246	61,8	5 513	5 217	94,6	5 816	4 887	84,0
II — Pesca	1 013	871	85,9	1 600	300	18,7	1 516	384	25,3	602	599	99,5	100	97	97,0
III — Indústrias extract. e transformadoras	2 300	1 370	59,5	3 048	820	26,9	1 150	52	45,2	3 026	3 015	99,6	1 500	1 500	100,0
IV — Construção e O. Públicas .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
V — Melhoramentos rurais	1 175	1 012	86,1	1 661	1 344	80,9	4 517	3 420	75,7	3 800	3 156	83,0	2 572	1 898	73,7
VI — Energia	1 840	502	27,2	2 622	492	18,7	3 730	1 218	32,6	1 322	1 317	99,6	4 050	3 524	87,0
VII — Circuitos de distribuição . .	—	—	—	700	11	1,5	150	—	0,0	—	—	—	300	300	100,0
VIII — Transportes, Comunicações e Meteorologia	24 308	20 258	83,3	23 033	17 199	61,3	34 610	16 838	48,6	22 463	18 649	83,0	64 743	14 091	21,7
IX — Turismo	1 950	1 672	85,7	1 927	1 743	90,4	1 802	1 584	87,9	684	682	99,7	400	400	100,0
X — Educação e investigação . . .	6 685	4 884	73,0	9 323	5 396	57,8	14 875	6 651	44,7	12 143	10 849	89,3	14 024	10 682	76,1
XI — Habitação e Urbanização . .	6 351	5 329	83,9	7 747	5 900	76,1	10 308	6 482	62,8	8 064	6 565	81,4	7 041	5 523	78,4
XII — Saúde	2 128	1 503	70,6	6 129	3 133	51,1	8 189	3 107	37,9	8 485	7 495	88,3	5 010	3 410	68,0

FONTE: Relatórios de Execução Anual do III Plano de Fomento.

víncia apenas surgiu em 1969, em nível bastante modesto mas que tem vindo a aumentar sucessivamente, como fonte supletiva da Administração Central.

O quadro anterior apresenta-nos algumas oscilações, ao longo do período, na capacidade de execução dos diversos sectores, fundamentalmente, devido à impossibilidade de concluir, nos prazos previstos, a execução de algumas obras e de outros empreendimentos, quer por dificuldades na obtenção de materiais, equipamentos e outros fornecimentos do exterior e demoras nas entregas, quer ainda por razões de ordem climatérica que limitam a fase de execução das obras à época seca, que é bastante curta. Daí, assumirem-se compromissos num ano económico que só são satisfeitos no ano seguinte.

No I triénio do III Plano de Fomento, ou seja de 1968 a 1970, observa-se uma sucessiva diminuição da capacidade de execução, expressa percentualmente, tanto no que diz respeito à capacidade geral como à de cada sector, em contraste com o progressivo aumento das dotações ajustadas atribuídas em cada ano.

A capacidade anual de execução dos Serviços gestores do Plano de Fomento, em virtude dos factores já apontados, situa-se na ordem dos 45 mil contos. Como a dotação anual atribuída a Timor para o III Plano de Fomento é de 60 mil contos, o saldo livre, no fim de cada exercício financeiro, transitou em reforço do programa no ano seguinte, originando dotações ajustadas cada vez mais elevadas que a capacidade de execução da Província foi incapaz de acompanhar, repercutindo-se, portanto, numa aparente perda de capacidade executória.

A experiência da execução dos programas do I triénio e a revisão para o II, bem como as disponibilidades acumuladas ao longo do I, aconselharam e permitiram uma importante reformulação dos programas do II triénio do III Plano de Fomento, ou seja, de 1971 a 1973.

O maior índice de capacidade verificou-se em 1971, pelo facto de as vultosas disponibilidades financeiras terem permitido a programação de um vasto conjunto de obras e as respectivas encomendas de material e compromissos assumidos terem sido liquidados nesse ano. Porém, uma delegação do GTDT visitou Timor em Julho e Agosto desse ano, tendo contactado com o Governo da Província e com os Serviços Provinciais e observado os condicionalismos locais, a qual, dentro do espírito do III Plano de Fomento já revisto, apresentou um programa de actuação adequado às realidades estruturais da Província.

Em Novembro de 1971, o Governo Central pôde adiantar à Guiné um quantitativo de 40 mil contos, tomando como contrapartida os recursos não utilizados do Plano de Fomento de Timor. A Província foi já reembolsada deste adiantamento (20 000 contos em 1972 e igual importância em 1973), elevando-se assim as dotações dos programas de financiamento do Plano de Fomento para cada um destes anos, para o nível de 80 000 contos, consignando-se 50 000 contos à execução do «Programa GTDT» e 30 000 à execução de outros empreendimentos propostos pelo Governo da Província. O Programa de Execução do corrente ano beneficia já de um empréstimo do Ministério das Finanças, de 41 500 contos, a reembolsar em 1974, que permite o imediato arranque da empreitada da construção de estradas e aeródromos.

O ano de 1971 apresenta, tanto em números absolutos como em números relativos, a maior capacidade de execução do período, sendo, porém, de realçar os aumentos de montantes dispendidos em «Educação e Investigação» e na «Saúde». No primeiro caso, o aumento correspondente, sobretudo, a despesas efectuadas com a construção da Escola Comercial e Industrial Prof. Silva Cunha, do Lar dos Estudantes em Díli e aos encargos com o GTDT e na Saúde, o aumento é essencialmente devido às construções hospitalares e congéneres e ao seu apetrechamento.

A relativamente baixa capacidade de execução do ano de 1972 deve-se à existência de avultadas verbas no sector «Transportes, Comunicações e Meteorologia» consignadas à empreitada de construção de estradas e aeródromos que não se utilizaram por a adjudicação dos trabalhos ter sido feita apenas em 30 de Novembro de 1972. Se excluirmos esta verba do cálculo, a capacidade de execução situa-se no nível de 81,2%.

Manteve-se em 1972 um elevado dispêndio de verbas nos sectores sociais e assinala-se um acréscimo de 167% no sector «Energia», devido à Remodelação da Central Eléctrica de Díli com a aquisição de 2 novos grupos geradores de cerca de 1000 kva cada um.

No conjunto do período, «Turismo», «Agricultura, Sivicultura e Pecuária» e «Melhoramentos Rurais» apresentam o melhor índice de execução.

II

ANÁLISE SECTORIAL

Caracterizada sumariamente a conjuntura económica da Província em 1972, comparativamente com os anteriores anos da vigência do III Plano de Fomento, procederemos, em seguida, a uma sintética análise de cada um dos diversos sectores de actividade.

Por razões metodológicas, agrupamos os diversos sectores em três domínios fundamentais: sectores produtivos, infra-estruturas e sectores sociais.

A — **Sectores produtivos**

AGRICULTURA E SILVICULTURA

1 — O sector agrícola absorve mais de 90% da população activa da Província, contribuindo com a maior percentagem na formação do Produto Nacional Bruto, assumindo os restantes sectores uma posição pouco significativa.

Todavia, a agricultura proporciona um deficiente nível alimentar à população, apesar das vastas e quase desconhecidas potencialidades do território.

Predomina, na verdade, a economia de subsistência, praticada por uma população pouco produtiva e em estado de subemprego, como é norma em sociedades pouco evoluídas, em que a maior parte da produção agrícola, com excepção do café e da copra, é autoconsumida pelo próprio agregado familiar.

Esta situação filia-se em motivos de ordem técnica (primitivismo de métodos de cultura, uso de variedades menos produtivas ou de menor valor comercial, prática inexistência de propriedade perfeita, emprego de alfaias inadequadas, falta de água para regas, etc.), nas características da própria actividade agrícola, condicionada por factores climatéricos e pelo ciclo da produção e ainda em razões sociológicas, uma vez que a estrutura agrária se encontra intimamente relacionada com a estrutura familiar e social e serem estas estruturas aquelas que maior resistência oferecem às inovações tecnológicas e mentais.

2 — O quadro n.º 20 indica-nos a evolução das principais produções alimentares. Porém, os dados referem-se apenas aos valores comerciados, desconhecendo-se o valor da produção efectiva e do autoconsumo.

Quadro n.º 20

Evolução das principais produções alimentares

(Em toneladas)

Produtos	1968	1970	1971	1972 (a)	Previsão para 1973 (b)
Abóbora	322	2 622	3 500	3 800	—
Amendoim	198	917	820	950	24 546
Arroz	20 682	18 307	18 897	19 000	25 245
Batata doce	3 458	16 159	10 732	12 000	28 351
Batata europeia	1 572	1 854	1 178	1 500	1 000
Cebola	16	62	49	60	—
Ervilha	52	26	17	30	—
Feijão	862	2 822	1 001	1 500	24 546
Mandioca	5 074	18 461	15 115	18 000	14 026
Milho	13 156	16 941	10 046	12 000	42 078
Trigo	8	5,4	2,3	3	1 300
Óleos alimentares	—	674	25	40	2 660
Fruta	—	—	8	10	16 373

(a) Números provisórios.
(b) Conforme Anteprojecto Provincial do III P. F.

Pela leitura do quadro anterior, evidencia-se uma tendência no aumento de produção da mandioca, do feijão, da batata doce e da abóbora e uma certa estagnação em outros produtos. Este nível estacionário e flutuações não se devem ao desinteresse pelas respectivas culturas, mas ao maior consumo destes géneros, em virtude de os padrões alimentares se irem alterando, e ainda porque a comercialização, em pequenas quantidades, realizada directamente pelos motivos apontados, escapa ao controlo estatístico.

3 — Por sua vez, a evolução dos produtos agrícolas exportados pode analisar-se no quadro n.° 21 que apenas refere os mais significativos: café, copra, borracha e cera.

Quadro n.° 21

Evolução das principais mercadorias agrícolas exportadas

ANOS	Café	Copra	Borracha	Cera
1968	2 919	1 008	140	40
1969	2 797	1 889	148	49
1970	3 827	1 701	123	34
1971	4 400	1 762	152	46
1972	5 908	1 476	15	—

O maior aumento verificou-se no café que, no período considerado, representou um valor médio sempre superior a 80% em relação ao total das exportações da Província, facto que evidencia a vulnerabilidade da economia e a importância do sector agrícola. Em 1972, o café concorreu em 92% para o valor total das exportações, seguido pela copra que, apesar do aumento da produção, representou apenas 3,8% da exportação total, o mais baixo valor do período, por ter sofrido uma intensa procura no circuito interno e por ter baixado a sua cotação internacional. A exportação da borracha, que em 1971 atingiu o valor de 152 toneladas, inesperadamente baixou para 15 toneladas em 1972. As restantes mercadorias agrícolas de exportação praticamente não possuem qualquer relevância económica.

4 — Deve fazer-se uma referência à actividade desenvolvida pelos Serviços de Agricultura que, conforme se pode verificar pela leitura do quadro n.° 22, se tem processado no sentido de uma maior expansão, beneficiando mais elevado número de agricultores, especialmente fora dos campos experimentais do Estado.

Quadro n.º 22

Trabalho produzido pelos Serviços de Agricultura

	1969	1970	1971	1972
ÁREA TOTAL LAVRADA PELOS TRACTORES (ha):	615	1 030	1 461	2 050
— Para agricultores dos campos experimentais	492	660	545	345
— Para agricultores fora dos campos experimentais	—	69	723	1 541
— Para Serviços	123	203	89	87
— Missões	—	20	50	77
— S. A. P. T.	—	40	—	—
— Depósito Penal	—	38	50	—
NÚMERO DE AGRICULTORES BENEFICIADOS:	306	544	863	1 715
— Nos campos experimentais . . .	274	314	255	348
— Fora dos campos experimentais	32	230	608	1 367
UTILIZAÇÃO DAS MÁQUINAS AGRÍCOLAS (Horas)	4 608	6 376	8 508	17 700

Verifica-se, com efeito, que a área total lavrada pelos tractores em 1972 representa um acréscimo de 40,4% em relação ao ano anterior, enquanto o número de agricultores beneficiados sofreu um incremento de 98% de 1971 para 1972.

Por outro lado, é um indicador por si elucidativo a taxa de utilização das máquinas agrícolas, que desde 1969 a 1972, sofreu um acréscimo de 285 por cento.

5 — No domínio da Silvicultura, as acções empreendidas pela Administração Pública têm visado, fundamentalmente, o revestimento florestal da zonas mais afectadas pela erosão, a recuperação de solos e a expansão de espécies arbóreas de crescimento rápido e de valor comercial.

Centenas de milhar de transplantações de teca, pau-rosa, sândalo, casuarinas e acácias têm sido feitas a ritmo crescente.

Contudo, bem mais que os escassos recursos financeiros e técnicos do Estado podem fazer os professores das escolas e os modestos cidadãos, movendo campanhas de mentalização, dissuadindo a prática das queimadas, o abate indiscriminado das árvores, o apascentio de gados nas zonas mais erosinadas, e instruindo os seus filhos para o culto e protecção das plantas, fonte de beleza e riqueza natural e ainda meio eficaz de defesa do solo e do meio em que vivemos, labutamos e extraímos o nosso sustento.

PECUÁRIA

1 — A Pecuária é uma das potenciais riquezas económicas da Província, ainda inaproveitada, devido ao valor sentimental e de prestígio que algumas espécies representam para a população nativa, deficiência dos circuitos de transporte e comercialização e falta de tradição comercial neste ramo de actividade.

Através do quadro n.° 23, podemos observar a evolução do gado arrolado no último quinquénio. Porém, ao longo do período, estes valores pecam por defeito, em virtude da tendência de os detentores de cabeças declararem valores inferiores, a fim de se evadirem ao pagamento da respectiva taxa de capitação, facto este agravado por em 1972 não termos ainda conseguido o arrolamento de três concelhos (Lautém, Ermera e Manatuto), embora estes, tradicionalmente, apresentem a menor densidade animal da Província.

Quadro n.° 23

Evolução do gado arrolado de 1968 a 1972

Espécies	1968	1969	1970	1971	1972	Aumento % 1971-1972
Bovina	54 317	67 035	70 607	77 945	83 000	+ 6,09%
Bufalina	108 154	123 955	125 148	134 747	135 000	+ 0,18%
Equina	93 805	106 772	114 152	119 441	120 000	+ 0,46%
Suína	179 907	202 849	224 268	235 237	240 000	+ 1,98%
Arietina	33 081	38 920	43 033	48 858	50 000	+ 2,28%
Caprina	166 765	204 274	217 011	210 277	220 000	+ 4,41%

Considerando os valores apontados, facilmente deduzimos ter havido crescimento em todas as espécies, porém, em taxa bastante variável.

É de referir o notável incremento verificado no gado bovino e suíno, em contraste com o insignificante aumento do bufalino (apenas 0,18%), o que demonstra a eficiência da política de distribuição do gado bovino e suíno adoptada pelo Governo e a gradual receptividade deste gado junto das populações, menos ligado aos valores tradicionais que o bufalino, e, por conseguinte, com possibilidade de os bovinos serem utilizados na agricultura e na alimentação em maior escala.

Contudo, é com certa apreensão que vemos a rápida proliferação dos caprinos e ovinos, em algumas zonas montanhosas do interior e do litoral que não só estão a atingir o nível de saturação como estas espécies concorrem para uma maior degradação dos solos e destruição da floresta que tenta reconstituir-se.

2 — Quanto ao gado abatido para consumo, verifica-se através do quadro n.º 24 que, no período e no conjunto, apenas se registou um acréscimo significativo no número de bovinos (cerca de 50%). O abate das restantes espécies tem variado ao longo do período, apresentando em 1972 valores bastante aproximados dos exibidos em 1968. Este é mais um indicador da relevância económica que os bovinos tendem a assumir no contexto da pecuária em Timor, em detrimento do bufalino e outras espécies de menor valor nutritivo e mais identificadas com os valores tradicionais dos timorenses.

Quadro n.º 24

Gado abatido para consumo

ANOS	Bovina	Bufalina	Caprina	Ovina	Suína
1968	3 405	2 571	3 389	317	5 557
1969	3 703	2 805	3 928	260	6 686
1970	4 685	3 285	4 842	304	7 030
1971	4 438	2 400	4 504	255	2 887
1972	5 032	2 730	2 797	366	4 474

Por sua vez, pela leitura do quadro n.º 25, verifica-se que 1970 foi o ano em que mais carne se consumiu, havendo uma quebra da ordem de 600 toneladas em 1971, e, embora o ano de 1972 se situe ligeiramente abaixo da média dos anos anteriores, o seu valor monetário excedeu as respectivas médias, o que se explica pela alteração dos preços de kg. de peso limpo introduzidos pelo novo sistema de cálculo iniciado em 1970.

Quadro n.º 25

Peso do valor venal do gado abatido

ANOS	Toneladas (a)	Contos
1968	2 464	15 075
1969	2 760	17 076
1970	3 296	26 579
1971	2 646	19 980
1972	2 965	23 000

(a) Peso morto.

3 — Os Serviços de Veterinária expandiram a sua acção em 1972, tendo diminuído, porém, o número de vacinações, em virtude de se terem danificado a bordo de um navio 20 caixotes com vacinas contra a Septicémia Hemorrágica, por motivos completamente alheios aos Serviços Provinciais.

Em 1972, conforme programa estabelecido, foi ministrado um curso de aperfeiçoamento de sanidade pecuária a 33 guardas, importaram-se algumas dezenas de reprodutores suínos de reputadas raças e distribuíram-se 668 cabeças de gado bovino balinês, ao abrigo da Portaria n.º 3271, de 8 de Fevereiro de 1964.

PESCA

1 — Esta actividade, apesar das verbas dispendidas e esforços realizados pelo Estado, encontra-se ainda numa fase de nível artesanal, donde só poderá arrancar através da implantação de modernas empresas de pesca e de transformação de pescado, com elevada capacidade técnica e financeira.

O interesse das populações timorenses por esta actividade é relativamente diminuto, talvez como consequência da utilização de processos primitivos muito rudimentares e da fraca tradição piscatória, provavelmente devido a condições litorálicas desfavoráveis à prática e desenvolvimento da pesca artesanal.

2 — O quadro n.º 26 revela-nos a evolução do sector nos últimos cinco anos.

Quadro n.º 26

Evolução do pescado capturado

Designação	1968		1969		1970		1971		1972	
	Ton.	Cont.	Ton.	Cont.	Ton.	Cont.	Ton.	Cont.	Ton.	Cont.
Total	**70**	**564**	**67**	**485**	**43**	**282**	**31,6**	**205**	**21,5**	**204**
Peixes	61	458	63	444	42	269	29	186	21	199
Crustáceos	7	82	3	32	1	10	2	16	0,5	5
Moluscos	2	24	1	9	—	3	0,6	3	—	—

A evolução tem-se processado de forma regressiva, verificando-se, ao longo do período, um decréscimo no volume global das espécies capturadas da ordem de 49 toneladas, a que corresponde o valor de 360 contos.

A queda foi geral e apenas os valores de «Peixes» têm algum significado económico. Apesar de a quantidade capturada em 1972 ter sido inferior à verificada no ano precedente, o seu valor foi superior devido à melhoria do preço de comercialização.

As estatísticas são inferiores aos valores reais das capturas, constituindo, porém, um indicador sintomático da asfixia do sector que a Província, através dos seus escassos meios actuais, não pode, só por si, ultrapassar a curto prâzo.

INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS

1 — O subsolo de Timor possui alguns jazigos minerais, cujas verdadeiras dimensões e impacto na estrutura económica da Província se desconhecem, por carência de estudos de base.

Exigindo a actividade mineira a mobilização de vultosos e eficazes recursos técnicos, financeiros e humanos fora das possibilidades da Província, o Estado firmou contratos de concessão com duas empresas estrangeiras: a Timor Oil e a Broken Hill. A primeira encontra-se a operar em Timor há anos, sem resultados práticos, e a segunda desde os fins de Junho do último ano.

Quadro n.º 27

Investimentos realizados pela Timor Oil na pesquisa mineira em Timor

(Valores em contos)

Despesas	1968	1969	1970	1971	1972
Despesas de campo em Timor	13 076	14 233	23 083	25 625	20 113
Equipamento	18 836	5 622	17 697	12 692	29 326
Encargos diversos (fora da Província)	1 336	12 864	23 182	5 053	3 754
Total . . .	**33 248**	**32 719**	**63 962**	**43 010**	**53 193**
Despesas feitas e pagas na Província	1 449	5 051	5 170	4 061	4 620 (a)

(a) Valor aproximado.

2 — Através da leitura do quadro n.º 27, observa-se que o total de investimentos efectuados pela Timor Oil com a pesquisa mineira na Província tem variado ao longo do período e que, em 1972, o valor total representa mais de 10 183 contos sobre o montante investido no ano anterior. Este acréscimo deve-se aos encargos com a renovação e esforço dos equipamentos técnicos utilizados na prospecção e pesquisa, tendo as despesas de campo e encargos diversos sofrido uma quebra em relação ao ano transacto.

3 — A Broken Hill obteve o exclusivo para pesquisa e exploração de jazigos de todos os minérios, especialmente ferro, manganés e crómio, mas com exclusão dos radioactivos, hidrocarbonetos e diamantes, em diversas áreas.

No segundo semestre do ano passado, investiu na constituição jurídica da Sociedade e nos trabalhos preliminares da pesquisa mineira na Província o montante de 1170 contos, assim distribuídos geograficamente:

Quadro n.º 28

Investimento da Broken Hill em 1972

(2.º semestre)

Local de despesa	Contos
Lisboa	85
Timor	450
Estrangeiro	635

4 — Muitas outras empresas estrangeiras têm manifestado o seu interesse pela actividade mineira na Província e diversas tentativas de prospecção, pesquisa e exploração têm sido ensaiadas desde o início do século. Praticamente, todas as empresas fracassaram, quer por falta de capacidade técnica e financeira adequada, quer por a exploração dos jazigos minerais não se oferecer, por ora, economicamente rentável.

INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

1 — Analisando a actual estrutura industrial de Timor verificamos que as indústrias onde mais capital se encontra investido e que mais mão-de-obra empregam são as indústrias de Madeira, Panificação, Preparação de Aguardentes, Alfaiataria, Fabricação de Gelados e Sorvetes, Fabricação de Mobiliário de Madeira e Produção de Refrigerantes.

No conjunto de todos os ramos, os capitais investidos (valores iniciais) ascendem a 21 000 contos, dos quais 10 400 aplicados em edifícios e 8400 contos em equipamento.

A mão-de-obra empregue ascende a 515 trabalhadores, dos quais 334 não especializados, com uma remuneração anual média da ordem de 10 contos para o conjunto.

Estas indústrias, de reduzida dimensão, pouco ultrapassam a simples actividade artesanal, utilizando uma tecnologia muito rudimentar e pessoal pouco qualificado, e determinam o recurso à importação da maioria dos produtos essenciais.

2 — A evolução das principais produções industriais pode ser analisada no quadro n.º 29.

Quadro n.º 29

Evolução das principais produções industriais

Produtos	Unidades	1968	1969	1970	1971	1972
Açafates de palha, alcofas e cestos	N.º	15 439	78 367	4 847	4 810	9 170
Aguardente	Litro	62 641	65 522	63 292	67 044	60 487
Álcool	Litro	34 080	58 300	44 561	8 962	4 800
Cadeiras e mesas de rota	N.º	54	—	—	—	—
Esteiras de palha	N.º	1 723	599	849	365	1 683
Óleos vegetais	Litro	88 800	93 688	104 600	59 832	205 381
Panos	N.º	193	64	65	100	190
Pão	Kg.	459 560	638 998	278 459	300 680	371 177
Prumos	M3	197	347	272	125	128
Refrigerentes	Litro	—	—	—	27 748	51 188
Sabão	Kg.	157 800	—	161 800	60 740	234 434
Sacos de palha	N.º	8 298	64 300	27 235	13 184	19 120
Sal	Kg.	30 307	460 544	13 697	9 638	8 039
Tabaco	Kg.	—	788	1 000	1 000	4 000
Tábuas	M3	7 057	1 575	1 917	631	1 001
Telhas	N.º	63 688	—	—	—	—
Tijolos	N.º	63 688	—	—	—	—
Vasos de barro	N.º	935	—	—	—	—
Vigas de madeira	M3	557	544	150	55	59

No conjunto, a produção industrial reflecte uma amplitude bastante variável e irregular, por força de condicionalismos impostos pelo meio e da débil capacidade dos empresários, incapazes de estabelecerem planos de produção, de aproveitarem os recursos disponíveis e de organizarem racionalmente as empresas no domínio técnico, financeiro e administrativo.

Deve, porém, referir-se que a produção de óleos vegetais e de sabão da fábrica da SAPT sofreu acréscimos em 1972, em relação ao ano transacto, respectivamente de 242% e de 284%, o que explica a quebra do valor da copra exportada em 1972.

A produção de pão, como é normal, apresenta valores ascendentes, bem como os refrigerantes que de 1971 para 1972 sofreram um acréscimo de 46%.

Fundamentados na evolução flutuante dos resultados apresentados, não podemos, por ora, tirar conclusões muito optimistas.

3 — Com base em alguns dados, calculamos o volume dos financiamentos concedidos à indústria transformadora pelo Plano de Fomento e Organismos de Crédito do Estado, e essencialmente destinados à aquisição de equipamentos e máquinas industriais.

Quadro n.º 30

Financiamento do Estado à indústria transformadora para a aquisição de equipamentos

ANO	Contos
1968	1 078
1969	122
1970	517
1971	2 356
1972	2 641

Se considerássemos os empréstimos e subsídios concedidos à construção dos edifícios, a ajuda técnica prestada por entidades públicas e ainda as facilidades de natureza fiscal, administrativa e júridica concedidas, os valores seriam muito superiores. Seleccionámos apenas este indicador que, por si, evidencia claramente a debilidade da nossa indústria e dos industriais da Província e o esforço do Governo, principalmente nos dois últimos anos, para dinamizar o sector industrial, motor do desenvolvimento socioeconómico, tanto pelos novos empregos que proporciona, como pelo aproveitamento das matérias-primas locais e ainda pelo efeito de arrastamento sobre outras actividades.

Mencionámos apenas as seguintes unidades industriais que beneficiaram de ajuda financeira do Estado: indústrias de serração de madeiras e marcenaria, fábrica de bolachas e biscoitos, indústria de têxteis (em construção), fábrica de óleos brutos, alimentares e de sabão, unidades de despolpa de café nos meios rurais, fábrica de tabacos e diversas outras unidades ainda de dimensão mais reduzida.

TURISMO

1 — A actividade turística em Timor atravessa uma fase de ligeira expansão que, todavia, não corresponde às potencialidades existentes, oferecidas pela abundância e variedade

das suas belezas naturais, exotismo dos costumes e folclore, e índole hospitaleira das populações.

Os investimentos realizados neste sector constam do quadro n.° 31 que mostra como, em certa medida, os particulares têm correspondido ao esforço inicial do Estado. Contudo, em 1971, observámos uma retracção de 68% nos investimentos efectuados no sector e que atingiu tanto o domínio privado como o público, se bem que com maior intensidade o primeiro, onde a quebra foi de 71,5%. Porém, em 1972, verificou-se uma expansão no valor total dos investimentos da ordem de 44% em relação ao montante do ano anterior, verificando-se o volumoso acréscimo de 81,3% nos investimentos realizados pelo sector público, enquanto o domínio privado atingiu o valor de 24,5 por cento.

2 — Os indicadores referentes à actual actividade turística da Província indicam, porém, que, face às infra-estruturas existentes, poderia existir um melhor aproveitamento dos fluxos turísticos.

Os estrangeiros, sobretudo os australianos, são os pricipais clientes das instalações hoteleiras da Província.

Quadro n.° 31

Investimentos realizados no sector do turismo

(Em contos)

ANOS	Total	Privado	Estado
1968	2 066	690	1 376
1969	2 926	2 077	849
1970	2 610	1 926	684
1971	834	550	284
1972	1 200	685	515

Os dados mais significativos da evolução do turismo no período em análise (1968-1972) podem ser observados no quadro n.° 32.

Quadro n.º 32

Evolução do movimento turístico

Designação	1968	1969	1970	1971	1972
Estrangeiros entrados	1 723	2 425	3 752	4 468	4 854
Hóspedes:					
Entrados	5 922	6 809	7 333	4 838	12 783
Saídos	5 920	6 806	x	x	12 719
Divisas provenientes do turismo (contos)	1 935	2 640	2 900	3 210	4 000

Verifica-se um aumento do número total de estrangeiros entrados e de hóspedes que, em 1972, sofreu uma notável expansão, sobretudo no número de hóspedes que quase triplicou em relação ao ano transacto e no volume de divisas provenientes do turismo.

3 — No que se refere às infra-estruturas existentes, para o período de 1968/72, registam-se acréscimos no número de estabelecimentos hoteleiros existentes, que passou de 13 para 15, e no número anual de camas, que só de 1971 para 1972 passou de 80 665 para 87 235.

Quadro n.º 33

Taxa de ocupação hoteleira na Província em 1971 e em 1972

Localidades	1971		1972	
	N.º anual de camas	Taxa de ocupação	N.º anual de camas	Taxa de ocupação
Total	80 665	20,5	87 235	26,7
Baucau	20 440	29,5	23 360	30,4
Díli	41 975	23,0	44 165	28,8
Ermera	2 190	10,6	1 460	14,7
Liquiçá	1 460	—	1 460	3,2
Manatuto	2 190	7,7	1 460	11,2
Maubisse	2 920	4,1	5 840	33,0
Same	4 380	2,3	4 380	11,4
Tutuala	5 110	3,6	5 110	12,3

Os valores das taxas de ocupação, apesar de modestos, manifestam-se superiores em relação aos observados nos anos anteriores, tendo atingido em 1972 os valores mais elevados de sempre. Evidencia-se a excessiva concentração dos turistas em Díli e Baucau, principalmente na «época de ponta», ou seja, nos meses de Abril a Setembro, e uma reduzida taxa de ocupação nas restantes localidades, mesmo na época de maior fluxo turístico. Porém, Maubisse, do modesto nível de 4,1% em 1971, elevou-se subitamente, em 1972, para 33%, possuindo assim a mais elevada taxa de ocupação hoteleira da Província.

O ano de 1972 apresenta uma tendência da difusão de turistas por todos os estabelecimentos da Província, aproximando-se mais dos níveis de concentração verificados em Baucau e em Díli.

B — Infra-estruturas

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Transportes rodoviários

1 — A actual rede rodoviária de Timor, com 2033 kms de extensão, não passa de simples caminhos de construção primitiva, de mau piso em terra (não existe um único km de estrada asfaltada), traçados quase exclusivamente através de terrenos muito montanhosos e ravinados e atravessando numerosas ribeiras torrenciais, não oferecendo, portanto, as mínimas condições de continuidade e segurança para o escoamento do pequeno tráfego existente e estrangulando todas as possibilidades de desenvolvimento económico e social da Província.

2 — Por conseguinte, o número de veículos em circulação é bastante modesto, como se pode verificar pela leitura do quadro n.° 34.

Quadro n.° 34

Evolução do parque automóvel

(N.° de veículos)

ANOS	Ligeiros	Pesados	Motociclos	Tractores	Total
1968	494	330	463	89	1 376
1969	544	349	579	105	1 577
1970	612	370	683	113	1 778
1971	699	415	839	117	2 070
1972	903	502	1 045	145	2 595

O parque automóvel, que em 1968 incluía 1376 viaturas, aumentou nos últimos cinco anos 1 204 unidades, a que corresponde um acréscimo de 85 por cento. Os acréscimos mais significativos verificaram-se nos motociclos e veículos ligeiros, respectivamente 582 e 409 unidades, o que é indicador de um melhor nível de vida e da aplicação improdutiva da poupança.

Quadro n.º 34-A

Evolução do número de carreiras de camionagem

Designação	1968	1969	1970	1971	1972
TOTAL	52	57	64	66	57
Públicas	1	1	1	1	—
Particulares	51	56	63	65	57
De passageiros	10	6	6	6	8
De mercadorias	41	50	57	59	49

A evolução no período de 1968-1972 caracteriza-se pelo aumento do número total de carreiras, especialmente devido ao acréscimo das carreiras particulares de mercadorias, significando a existência de um comércio cada vez mais intenso da cidade com o interior e deste com a capital.

Transportes aéreos

1 — Passando à análise da actividade dos Transportes Aéreos de Timor, verifica-se que em 1972 houve aumento nas horas de voo e do número de kms voados, em relação ao ano anterior, embora se não tenha atingido o nível alcançado em 1969 e em 1968. O quadro n.º 35 apresenta-nos a evolução das horas de voo e de kms voados nos últimos 5 anos.

Quadro n.º 35

Horas de voo e kms voados

ANOS	Horas de voo	Kms voados
1968	976	217 824
1969	1 001	275 854
1970	769	156 681
1971	855	187 983
1972	920	206 142

A operação dos TAT foi condicionada ao longo de 1972 pela ruína prematura de um motor, pela falta de acessórios em nível adequado e pela saída de um piloto e a admissão de um outro com o consequente período de adaptação.

Considerando que possuímos operacionais duas unidades de voo — os Dove — e que a utilização mínima de cada unidade, em termos económicos, é de 1500 horas por ano, verificamos que a sua utilização se fixou apenas no modesto nível de 30%.

2 — Globalmente, verifica-se uma progressão, embora modesta, no número de passageiros e de carga transportada. No quadro n.º 36, podemos ler os resultados de exploração das linhas aéreas.

Quadro n.º 36

Exploração das linhas aéreas

Designação	1969	1970	1971	1972
Total				
Passageiros (N.º)	11 959	11 259	15 099	17 042
Mercadorias (Ton.)	62,5	74,3	76,6	78
Correio (Ton.)	41,1	43,0	48,9	54
Linha Internacional				
Passageiros (N.º)	3 737	5 131	6 917	7 126
Mercadorias (Ton.)	11,7	13,5	14,7	16
Correio (Ton.)	20,3	21,7	23,7	25
Linha Doméstica				
Passageiros (N.º)	8 822	6 398	8 128	9 916
Mercadorias (Ton.)	50,8	60,8	61,9	63
Correio (Ton.)	20,8	21,3	25,2	29

Na linha internacional, foram transportadas 7126 passageiros, 16 toneladas de carga e 25 de correio, ou seja, mais 209 passageiros, mais 1300 kgs de mercadoria e igual volume de correio que no ano anterior.

Nas linhas domésticas, transportaram-se 9916 passageiros, 63 toneladas de mercadoria e 29 de correio, a que correspondem taxas de acréscimo relativamente modestas em relação a 1971.

3 — Reveste-se de interesse analisar sumariamente o rendimento líquido das linhas aéreas, o que se pode fazer através da leitura do quadro n.º 37.

Quadro n.º 37

Rendimento líquido das linhas aéreas

ANOS	TOTAL	Linha Internacional	Linha Doméstica	Agentes Zamrud e outros
1969	— 3 800	—	—	+ 42
1970	— 1 173	+ 1 044	— 2 324	+ 107
1971	— 902	+ 1 051	— 2 202	+ 128
1972	— 1 621	— 725	— 965	— 69

A exploração da linha internacional que, desde 1969, era positiva, voltou, em 1972, a ser negativa, com um défice de 725 contos, devido à instabilidade do dólar americano, à revalorização do dólar australiano e à abertura da linha directa Kupang-Darwin pela Merpati. Por outro lado, a evolução das receitas não acompanhou a evolução dos passageiros, por se terem organizado algumas excursões escolares na Austrália para visitarem Timor, com pagamento só de meio bilhete.

Na exploração das linhas domésticas, o défice foi sensivelmente reduzido, por não se ter efectuado a revisão dos aviões em 1972, cujos custos são bastante onerosos.

A Zamrud e outros, em 1972, apresentam valores negativos, devido à instabilidade e interrupção dos voos daquela Companhia e devido ao facto de as evacuações sanitárias sofrerem a redução de um terço da tarifa normal.

Transportes Marítimos

1 — A análise da evolução da actividade realizada pelos Serviços de Transportes Marítimos pode, numa primeira aproximação, ser observada no quadro n.º 38 que engloba os meios de transporte marítimo ao serviço da Província, o navio «Arbiro» e as barcaças «Lóis» e «Comoro».

Quadro n.º 38

Evolução do movimento do navio «Arbiro» e das barcaças «Lóis» e «Comoro»

Designação	Unidades	1968	1969	1970	1971	1972
Viagens realizadas . .	N.º	75	120	102	113	133
Carga transportada . .	Ton.	6 599	7 840	8 408	9 812	9 990
Passageiros transportados	N.º	—	1 021	5 016	4 249	3 902

O número de viagens e carga transportada aumentou sensivelmente em 1972 em relação ao período considerado, mercê de um melhor aproveitamento e racionalização das operações de transporte, embora o número de passageiros que atingiu o valor máximo em 1970 venha a decrescer, facto este pouco significativo, pois o transporte marítimo é essencialmente destinado a mercadorias.

2 — Por outro lado, a evolução da actividade a cargo da Administração do porto de Díli pode ser analisada no quadro n.º 39.

Quadro n.º 39

Evolução do movimento do porto de Díli

Designação	1968	1969	1970	1971	1972
Navios entrados . . .	—	153	173	217	207
Arqueação bruta (ton.)	107 132	112 679	117 862	119 454	140 896
Carga (total) (ton.) .	*31 635*	*40 038*	*39 161*	*52 914*	*43 189*
Carregada	9 305	9 927	10 233	12 873	12 061
Descarregada . . .	22 330	30 111	28 928	40 041	31 128

É de salientar uma ligeira descida no número de navios entrados em 1972, em relação ao ano de 1971, e da arqueação bruta dos mesmos que, por sua vez, apresenta um acréscimo de cerca de 18% em relação ao ano transacto.

A carga movimentada no porto atingiu o seu maior volume em 1971, não deixando, porém, a sua evolução favorável de ser um indicador do lento crescimento económico da Província.

A diminuição da carga movimentada em 1972, em relação ao ano anterior, explica-se pela contracção verificada na importação de certas mercadorias, nomeadamente cerveja, cimento e tabaco, cuja oferta por vezes dificilmente satisfez a procura local.

3 — Ainda em relação ao movimento do porto de Díli, observa-se, no quadro n.º 40, a evolução das respectivas receitas e despesas. Regista-se, em todos os anos do período, um substancial predomínio das receitas sobre as despesas, que não encontra correspondência nos serviços prestados, o que significa ter sido apenas obtida à custa do aumento do preço da tonelagem manuseada. Esperamos da acção da Junta Autónoma dos Portos, organismo público dotado de autonomia admi-

nistrativa e financeira a partir de 1972, um melhor aproveitamento dos meios existentes, de forma a assegurar uma maior rentabilidade e melhoria dos serviços a prestar.

Quadro n.º 40

Porto de Díli

Evolução das receitas e despesas

Contos	1968	1969	1970	1971	1972
Receitas cobradas . .	2 632	3 302	3 110	3 861	4 468
Despesas pagas . . .	906	1 059	1 152	1 451	2 895

CORREIOS, TELÉGRAFOS E TELEFONES

1 — Em 1972 concluiu-se a instalação da rede automática de Díli, tipo Crossbar, para 800 linhas e ampliável até 3000, que resolverá, por alguns anos, os problemas telefónicos da capital.

Quanto à rede interurbana — ligação de Díli com as sedes dos concelhos —, já se encontra em vias de adjudicação o estabelecimento de uma rede de rádio VHF. Quanto às redes regionais dentro de cada concelho, manter-se-ão as actuais comunicações por fio, cujos traçados serão rectificados e melhorados.

Ainda em 1972, por razões de ordem técnica e económica, transferiram-se os encargos das comunicações com o exterior para a Companhia Portuguesa Rádio Marconi. Timor dispõe assim de contacto assegurado, em óptimas condições, com Lisboa e Taipé e espera torná-lo extensivo a Macau, Indonésia, Singapura e Austrália. A Província de Macau estuda a possibilidade de manter contactos com Lisboa, através de Timor. Inaugurou-se ainda o novo centro Emissor no Alto da Marabia, dotado com moderno e eficiente equipamento.

2 — O quadro n.º 41 apresenta-nos alguns indicadores que definem a expressão geral dos CTT.

Quadro n.º 41

Evolução das receitas dos CTT

(Em contos)

Designação	1969	1970	1971	1972
Postais	55	50	77	88
Venda de selos	1 949	2 017	1 994	2 257
Telegráficas	1 131	1 580	1 245	1 500
Telefónicas	892	908	905	1 031
Radioeléctricas				
Rádios	217	220	254	248
Outras	3	—	6	68

Ao longo do período, observam-se algumas oscilações nas receitas cobradas. Deve porém frisar-se bem a substancial melhoria verificada, em todas as rubricas, em 1972, que notavelmente evidencia a melhoria qualitativa dos serviços de telecomunicações e maior volume de réditos para o Estado que muito nos apraz acentuar e estimular.

3 — Como indicador da melhoria do nível de vida das populações, mencionamos o número de receptores registados, que de 1969 a 1972 sofreu um aumento de 1000 unidades, cifrando-se actualmente em 3407 aparelhos. Porém, grande número escapa à contagem estatística e ao pagamento das respectivas taxas por não se encontrarem devidamente registados.

ENERGIA

1 — O complexo de infra-estrutura energética da Província é quase exclusivamente constituído por pequenas centrais térmicas, a maioria das quais se destina ao fornecimento de energia para iluminação e, apenas, acessoriamente abastecem pequenas unidades industriais, como é o caso das centrais de Díli e Viqueque.

A análise da evolução no sector pode verificar-se com base nos dados, relativos ao consumo global e no sector industrial da Província, constantes do quadro n.º 42.

Quadro n.º 42

Consumo provincial de energia eléctrica global e no sector industrial

ANOS	Consumo global (KWh)	Consumo industrial (KWh)
1968	1 020 819	342 397
1969	1 262 144	374 052
1970	1 588 490	486 070
1971	2 271 825	544 544
1972	3 244 562	680 596

Observa-se uma animadora evolução no consumo tanto global, que no período mais que triplicou, como no consumo industrial, que duplicou, embora este reflicta o baixo índice de industrialização.

2 — Desde 1967 a 1972 entraram em funcionamento 17 geradores nas povoações do interior com uma potência total instalada de 670 Kwh, facto este que constitui uma significativa alteração no sector da energia e na oferta às populações rurais deste benefício de carácter urbano.

Com os trabalhos concluídos em 1972, todas as sedes de concelho ficaram a possuir centrais eléctricas, bem como as vilas de Aileu, Bobonaro, Balibó, Maubisse, Mau-Meta (ilha do Ataúro) e Uato-Lari. Há ainda a referir, em 1972, a adjudicação e fornecimento de dois geradores alternadores de cerca de 1000 kVa cada um, para a Central Eléctrica de Díli, que importam em 12 000 contos, e a elaboração de estudos preliminares com vista à remodelação da rede de energia eléctrica da cidade.

3 — Porém, o grande peso de consumo de energia corresponde a Díli, centro administrativo e político, onde se concentra a população europeia e europeizada, com hábitos e nível de vida superior ao das populações rurais. Apenas Díli dispõe de energia eléctrica durante as 24 horas do dia, tendo as povoações do interior apenas algumas horas de fornecimento diário, e Baucau passou recentemente de 12 para 18 horas.

C — SECTORES SOCIAIS

EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO NÃO LIGADA AO ENSINO

1 — Na educação o momento é de nítida aceleração, prevendo-se que, a manter o actual ritmo de expansão, antes de 1980 se alcance a escolarização total, que já no presente atinge uns 53% dos efectivos etários em idade escolar.

O Estado, desde há anos, tem devotado uma especial atenção ao problema educacional em Timor, mobilizando em 1972 avultadas verbas, pessoal e boas vontades, numa gigantesca campanha contra o analfabetismo. A evolução pode facilmente observar-se pela leitura do quadro n.° 43.

2 — Pela análise da evolução no período de vigência do III Plano de Fomento, constata-se que o número de alunos matriculados no ensino primário aumentou, em percentagem, 125%, verificando-se só do ano lectivo de 1971/72 para 1972/73 um acréscimo percentual da ordem dos 58%, ou seja, em valores absolutos 21 074 alunos.

Regista-se grande afluência no Ciclo Preparatório, que no ano lectivo de 1968/69 passou de 454 matriculados para 1275 em 1972/73, verificando-se, portanto, um acréscimo de 183%. O Ciclo Preparatório, que ainda no ano lectivo 1971/72 funcionava apenas em Díli e Baucau, em Outubro de 1972 começou também a funcionar, em regime experimental e semioficial, em Bobonaro, Maubisse, Lospalos e no Oé-Cusse.

Quanto ao ensino liceal, a evolução é fortemente influenciada por uma acentuada diminuição no número de alunos matriculados a partir de 1968/69, devido à entrada em funcionamento do Ciclo Preparatório, da Escola Técnica e de outras escolas de nível secundário.

No ensino técnico profissional, o panorama sofreu uma evolução inversa. Havendo 476 alunos matriculados em 1968/69, verificou-se uma queda no ano seguinte, tendo a frequência praticamente estabilizado, devido ao baixo coeficiente de tecnicismo e dificuldades de vária ordem na ministração do ensino e na falta de capacidade do mercado de emprego para absorver os diplomados.

O número de alunos da escola de professores de Posto Escolar manteve-se no mesmo nível até ao início do ano lectivo de 1972/73, em que se verificou um acréscimo de mais de 100% em relação ao ano transacto.

As alterações mais significativas traduzem-se, genericamente, numa acentuada progressão do número de alunos matriculados e melhoria qualitativa do corpo docente, verificando-se,

Quadro n.º 43

Evolução do ensino

	1968/69				1970/71				1972/73			
	Estabelecimentos	Professores	Alunos		Estabelecimentos	Professores	Alunos		Estabelecimentos	Professores	Alunos	
			Matriculados	Aprovados			Matriculados	Aprovados			Matriculados	Aprovados
Ensino Primário	237	513	30 203	11 664	337	662	32 937	14 229	456	1 001	57 574	—
Ensino Secundário:												
Ciclo Preparatório	1	19	454	222	2	15	485	218	7	45	1 275	—
Ensino Liceal	1	23	477	145	1	24	282	166	1	17	203	—
Escolas Comerciais e Industriais	1	18	439	259	1	14	125	61	1	17	136	—
Escola Elementar Agricola de Fatumaca	1	4	37	25	1	5	84	40	—	—	—	—
Escola de Habilitação de Professores do Porto Eng.º Canto Resende	1	8	114	74	1	10	100	69	1	19	206	—

porém, uma diminuição percentual do número de alunos aprovados.

3 — Salienta-se ainda a inestimável colaboração prestada à acção educativa da população pelo Comando Territorial e Independente de Timor e pelas Missões Católicas cujos esforços, conjugados com a política do Governo, permitiram a expansão das infra-estruturas do ensino primário na ordem de 128%, de 1967/68 a 1972/73, como se pode verificar através do quadro n.º 44.

Quadro n.º 44

Estabelecimentos de Ensino Primário

ANOS	OFICIAIS			Diocese	CTIT	Total Geral
	Total	Primários	Postos e Escolas de Sucos			
1967/68	123	13	110	40	38	201
1968/69	134	14	120	41	62	237
1969/70	165	15	150	42	80	287
1970/71	206	15	191	42	89	337
1971/72	259	15	244	44	92	395
1972/73	313	15	298	50	93	456

Devido ao notável esforço das entidades empenhadas na campanha de alfabetização do povo de Timor, o Ensino Primário expandiu-se por todos os recantos da Província. Os números constantes do quadro n.º 45 são por si suficientemente expressivos quanto à evolução das matrículas e evidenciam a autêntica «explosão escolar» que se verificou neste grau de ensino, em 1972/73.

Quadro n.º 45

Alunos matriculados no Ensino Primário

ANOS	Escolas Oficiais	Escolas das Missões Católicas	Escolas da Acção Social (CTIT)	Total
1967/68	11 299	9 310	4 165	24 774
1968/69	15 528	9 471	5 204	30 203
1969/70	17 683	8 599	4 671	30 953
1970/71	18 359	9 024	5 554	32 937
1971/72	20 000	9 500	7 000	36 500
1972/73	36 274	11 427	9 873	57 574

A estas há ainda a acrescentar duas escolas particulares.

Também, nos últimos anos, o número de agentes de Ensino Primário acompanhou a evolução dos alunos matriculados, havendo, actualmente, 1101 professores, sendo 20 diplomados pelas Escolas do Magistério Primário, 722 de postos escolares e das escolas de Suco dos Serviços de Educação, 186 da Acção Social do Comando Territorial e Independente de Timor e 173 das Missões Católicas.

4 — Em directa interdependência com o domínio da educação e formação, encontramos a actuação da Mocidade Portuguesa, que tem desenvolvido meritosa acção, criando actividades circum-escolares, nomeadamente cursos de férias para a juventude, actos de formação intelectual e cívica, convívios, actividades recreativas, etc., e ainda tem beneficiado, a título gratuito, milhares de crianças das escolas pertencentes aos Serviços de Educação, com a distribuição de sopa, iniciada, em regime experimental, há três anos.

INVESTIGAÇÃO NÃO LIGADA AO ENSINO

1 — Neste domínio, o ano de 1972 constituiu um marco decisivo de maior interesse para o desenvolvimento económico da Província.

Com efeito, graças à generosa compreensão do Governo Central, em especial de Suas Excelências o Ministro do Ultramar e o Ministro das Finanças e à relevante actuação do G. T. D. T. foi possível adjudicar a construção e asfaltagem de 405 kms de estradas que ligarão Díli aos centros economicamente mais desenvolvidos ou susceptíveis de rápido aproveitamento e a terraplenagem de alguns aeródromos da Província à conceituada firma metropolitana Moniz da Maia, Serra e Fortunato, que em fins de Junho próximo estará entre nós para início dos trabalhos, já em fase de planeamento de gabinete.

2 — Também foi possível lançar bases para o estudo dos recursos hidrológicos da Província e iniciar a execução de uma vasta obra de aproveitamento hidro-agrícola na planície da Maliana que beneficiará grande número de agricultores.

3 — Por sua vez, a Missão Geográfica de Timor está prestes a finalizar os seus trabalhos relativos às redes de nivelamento geométrico e de gravimetria que se revestem do maior interesse para o conhecimento científico do território e de utilidade para diversos fins.

Entretanto, foi criada a Repartição Provincial dos Serviços Geográficos e Cadastrais que se incumbirá da definição geométrica do cadastro da propriedade e de outros trabalhos correlacionados.

4 — A Província elaborou ainda, de acordo com os elementos disponíveis, o anteprojecto do IV Plano de Fomento que equaciona as propriedades e os parâmetros da política de desenvolvimento a adoptar no período de 1974 a 1979. Este documento encontra-se em estudo e apreciação junto do Governo Central, devendo, numa fase seguinte, a Província proceder aos necessários ajustamentos e elaborar o respectivo projecto.

SAÚDE E ASSISTÊNCIA

1 — A cobertura médico-sanitária da Província tem evoluído no sentido da expansão, como se pode observar no quadro n.º 46.

Quadro n.º 46

Estabelecimento de saúde e laboratórios e Delegacias

Designação	1968	1969	1970	1971	1972
Estabelecimento de Saúde	—	*63*	*65*	*67*	*71*
Hospitais	10	10	10	10	11
Maternidades	12	12	12	12	12
Postos sanitários rurais . . .	—	41	43	45	48
Laboratórios	*2*	*2*	*2*	*2*	*2*
Delegacias de Saúde	*12*	*12*	*12*	*12*	*12*

O aumento verificado deve-se à construção de novas unidades no interior para assistência médico-sanitária das populações rurais. Contudo, a actual rede da Província não corresponde ainda, satisfatoriamente, às necessidades da população em matéria de saúde.

2 — As actividades médico-sanitárias dos Serviços de Saúde desenvolvidas directamente em benefício da população sintetizam-se no quadro n.º 47.

Quadro n.º 47

Movimento das actividades médico-sanitárias

Designação	1968	1969	1970	1971	1972
Doentes em tratamento ambulatório	281 164	314 037	329 030	348 141	350 271
Doentes internados . .	7 796	8 444	9 588	10 112	12 030
Partos registados . .	1 713	1 703	1 801	1 902	2 101
Tratamentos	1 023 785	1 028 535	1 158 719	1 178 917	1 190 253
Injecções	570 523	640 795	743 842	802 153	850 114
Operações:					
Pequena cirurgia . .	6 137	6 920	5 724	6 201	6 317
Grande cirurgia . . .	320	424	414	324	601
Exames laboratoriais .	23 014	36 294	49 570	45 161	45 131
Vacinações	125 800	185 587	204 464	209 112	261 354
Radiografias	1 768	2 786	3 026	3 097	4 634
Transfusões	250	217	270	310	537

Verifica-se que de 1968 a 1972 houve um movimento ascensional nestas actividades, com especial relevância, ao longo do período e em 1972, no tratamento de doentes ambulatórios, doentes internados, tratamentos e injecções, exames laboratoriais, vacinações e radiografias.

3 — A afluência às primeiras consultas em 1972, em relação à população total da Província, situou-se em 55,4%. As Delegacias de Saúde com maior percentagem foram: Cova-Lima (78%), Manatuto (74%), Bobonaro (73%) e Oé-Cusse (70%). As menores afluências verificaram-se em Díli (33%) e Liquiçá (34%).

A taxa de natalidade cifra-se em cerca de 23 por mil, enquanto a taxa de mortalidade se situa em 12,5 por mil, traduzindo-se num saldo fisiológico da ordem de 6000 indivíduos/ano.

Estacionaram os casos de paludismo, tuberculose pulmonar, desinterias e enterites, verificando-se uma tendência para o aumento nas micoses e avitaminoses.

A cirrose hepática, a tuberculose pulmonar, as peritonites e as avitaminoses são as doenças de maior incidência nas causas dos óbitos registados, talvez devido à deficiência em proteínas na alimentação, escassez de vitaminas, abuso de álcool e desgaste excessivo do intestino e fígado por uma alimentação pesada de feculentos.

4 — Os Serviços de Saúde e Assistência mantêm uma Escola Técnica de enfermagem com um corpo docente constituído por médicos militares e nos quais têm sido ministrados os seguintes cursos: de enfermagem, auxiliares de enfermagem, de ajudantes técnicos de Farmácia, de preparador de laboratório, de assistência rural e ainda de parteiras que há 13 anos se não realizava na Província (quadro n.º 48).

Quadro n.º 48

Alunos matriculados na Escola Técnica dos Serviços de Saúde

ANO	N.º de Alunos
1968/69	48
1969/70	81
1970/71	75
1971/72	50
1972/73	20

A frequência tem sido bastante irregular, rondando a percentagem de aprovações os 75%. Os agentes de saúde formados nesta Escola têm permitido o adensamento da rede de assistência sanitária da Província com evidentes reflexos na saúde das populações.

5 — No domínio da Saúde Pública, as acções têm sido desenvolvidas pela Brigada Itinerante de Estudo e Combate às Endemias, que notável papel humanitário e sanitário tem desempenhado, junto das populações rurais, na luta contra a erradicação do paludismo, da flaríase, da lepra, da tuberculose e de outras doenças endémicas.

6 — O Departamento de Assistência Social, criado em 1967, tem por objectivo proteger as pessoas contra os males físicos, morais e sociais e superar os casos de indigência e miséria, actuando como elemento integrador da pessoa humana, principalmente dos indivíduos económica e moralmente desprotegidos, no meio social de que fazem parte.

Em 1973, deve ser concluído o edifício da Assistência Social cujo custo orçou em cerca de 6000 contos, suportados por verbas do Orçamento deste Organismo e por comparticipação financeira do Estado.

O edifício tem capacidade para albergar 200 indigentes — 100 homens e 100 mulheres —, devendo, porém, uma parte ser destinada ao Lar de Formação Social e Doméstica, onde possam ser ministrados às raparigas de Timor ensinamentos relacionados com a vida familiar, doméstica e social e ainda preceitos de sanidade e higiene e de educação moral e cívica.

O montante de despesas realizadas em 1972 pela Assistência Social cifrou-se em 3500 contos, compreendendo encargos com a administração, construção do edifício, assistência a necessitados e estudantes pobres e ainda com transportes de indigentes e doentes dentro da Província, funerais e serviço de ambulâncias.

7 — Neste mesmo domínio, em esforço uníssono e altamente meritório, têm colaborado os Lares e Missões Católicas, Cruz Vermelha Portuguesa e Movimento Nacional Feminino, que são instituições de benemerência enquadradas nos objectivos prosseguidos pela Nação e pela moral católica tradicional do País, proporcionando ainda estas últimas momentos de agradável convívio às senhoras que o desejem.

8 — O ano de 1972 viu também surgir, em Díli, o Jardim-Escola ou infantário Dó Ré Mi, que veio preencher uma grave lacuna e prestar valiosos serviços às crianças em idade pré-escolar e, em especial, às mães empregadas.

MELHORAMENTOS RURAIS

1 — A promoção social das populações tem-se inscrito no programa político e social do Governo e é um dos objectivos fundamentais do III Plano de Fomento. A actuação neste domínio tem visado não apenas a capital e outros aglomerados mais importantes como ainda as populações rurais dispersas pelo interior. Entre os benefícios de carácter urbano oferecidos, enumeramos a electrificação, já referido no sector das infra-estruturas; a construção de lavadoiros e balneários públicos, de escolas, pequenas obras de saneamento, construção de armazéns agrícolas, a instituição de mercados rurais e estações para beneficiação do café nas zonas cafeícolas. Assume particular relevância, no contexto destes melhoramentos, o abastecimento de água a povoações rurais e metros de tubo utilizado, cuja evolução se verifica no quadro n.º 49.

Quadro n.º 49

Abastecimento de água a povoações rurais

ANOS	N.º de povoações abastecidas	Metros de tubo utilizados	Despesas (Contos)
1968	—	—	461
1969	5	11 632	563
1970	5	18 036	1 469
1971	10	12 660	1 573
1972	11	12 720	853

2 — Porém, um decisivo impulso na promoção das populações rurais será iniciado ainda no ano em curso, com a preparação e ordenamento de um vasto programa de Desenvolvimento Comunitário, por técnicos qualificados, entre os quais se conta o sociólogo alemão Eng.º Possinger, especialista de renome mundial, com larga experiência nesta actividade, no Brasil, em Angola e em outros países da América Latina e da África, e que em Setembro, possivelmente, estará entre nós.

Será um programa inovador e revolucionário na Província que, fundamentalmente, visa a promoção social e melhoria económica e social das populações, através do seu próprio esforço, apenas dinamizadas por equipas seleccionadas, enquadradas por especialista qualificado.

HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

1 — O Estado tem imprimido um certo ritmo à construção de habitações para os seus servidores tanto em Díli como no interior. Porém, a habitação tem constituído um oneroso encargo para a Administração Pública, uma vez que só na fase de construção emprega alguma mão-de-obra, e as rendas são insignificantes.

Em Díli, a construção civil não tem poderosos efeitos de arrastamento sobre outras indústrias, tais como fabrico de cimentos, de telhas e tijolos, metalúrgicas, vidreiras, etc., uma vez que, praticamente, todos os materiais são importados, proporcionando apenas lucros à classe importadora e algumas receitas às Finanças Públicas. Apesar de tais importações concorrerem para o desequilíbrio da balança comercial, o Governo, nos seus objectivos sociais, com vista a facultar habitação aos seus servidores e à população, tem incentivado a construção através de entidades públicas e privadas.

2 — Com esta finalidade, foi instituído em 1967 o Fundo das Habitações Económicas que meritoso trabalho tem desenvolvido em Díli e no interior que, em sistema de propriedade resolúvel, beneficia numerosos funcionários de organismos estatais e paraestatais e ainda autoridades tradicionais.

A evolução da acção do Fundo das Habitações Económicas pode ser verificada através do quadro n.° 50.

Quadro n.° 50

Número de moradias construídas pelo Fundo das Habitações Económicas

ANOS	N.° de Moradias
1967	1
1968	6
1969	18
1970	2
1971	29
1972	20

A acção das Obras Públicas, condicionada pelos limitados recursos financeiros do Plano de Fomento, tem desenvolvido obra notável no domínio da habitação destinada a funcionários e a camadas da população economicamente débeis, como o atesta o quadro n.° 51.

Quadro n.° 51

ANOS	N.° de Habitações Construídas			Valor da Construção (Contos)			Área Coberta (m2)		
	Total	Díli	Resto da Província	Total	Díli	Resto da Província	Total	Díli	Resto da Província
1969	42	25	17	15 456	10 842	4 616	7 094	4 682	2 472
1970	59	40	19	11 212	7 220	3 992	9 398	6 215	3 183
1971	92	53	39	15 672	10 882	5 390	10 452	6 365	4 087
1972 (a)	57	21	36	7 394	1 997	5 397	5 610	1 864	3 746

(a) Não inclui os elementos da Câmara Municipal de Díli, da Circunscriação de Oé-Cusse, nem a área coberta e o valor em contos do Concelho de Lautém, nem tão-pouco a área coberta do Concelho de Cova-Lima.

3 — Por sua vez, a FUNDAÇÃO SALAZAR, no âmbito da sua humanitária acção, edificou, em 1971, seis residências e iniciou 20 em 1972, sendo 15 em Díli e 5 em Baucau.

4 — Quanto à urbanização, Timor encontra-se numa fase primária de organização de povoações. O Governo tem promovido o ordenamento habitacional das localidades mais representativas, procedendo ainda à pavimentação das mesmas, aterros e outras obras de valorização urbana.

Entre os principais centros urbanizados nos últimos dois anos, conta-se a cidade de Díli, na qual prosseguem os trabalhos de saneamento e de asfaltagem, em obediência ao plano director já elaborado e ainda em apreciação no Ministério do Ultramar, e das vilas de Baucau, Hatolia, Suai, Lacló e Viqueque e de algumas outras dispersas pela Província.

III

PROGRAMAÇÃO PARA O ANO DE 1973

Ainda que sumariamente, apresentei a caracterização sintética da situação económica e social do último ano, inserida no contexto da evolução verificada no decurso da vigência do III Plano de Fomento.

Não se nos afigurou conveniente apresentar um trabalho mais pormenorizado na análise da conjuntura global e do comportamento sectorial que, embora útil, seria demasiado extenso e fastidioso.

Obviamente, as tendências da economia da Província e os condicionalismos estruturais aconselharam, para 1973, a selecção de um conjunto de objectivos prioritários e a adopção de uma estratégia que, muito resumidamente e apenas nos espectos mais relevantes, passo a expor, em tipo esquemático, para os diversos sectores:

NO SECTOR AGRO-PECUÁRIO

- — Aquisição de produtos fitossanitários e de fertilizantes para combate às pragas, para o aumento da produtividade agrícola e ensaios junto dos agricultores tradicionais;
- — Desenvolvimento e apoio técnico às culturas do arroz, do milho, do amendoim, da copra e do café, com vista à satisfação das necessidades alimentares da população, ao aproveitamento e transformação de alguns produtos pela indústria local e à exportação;
- — Introdução de novas espécies frutíferas que se adaptem à ecologia de Timor e criação de hábitos pela cultura e exploração racional de frutas;
- — Maior extensão da assistência agrícola dos Serviços de Agricultura e Florestais aos agricultores não concentrados nos campos do Estado;

— Experimentação das culturas do trigo e do algodão na Província;

— Realização de cursos de tractoristas, recrutamento dos mais qualificados e reforço do parque de máquinas agrícolas da Província;

— Novos repovoamentos florestais e ampliação dos existentes com espécies arbóreas de elevado valor económico;

— Recuperação de solos fortemente erudidos e preservação de outros em vias de se degradarem, através do repovoamento de casuarinas e construção de socalcos e muros de suporte;

— Aquisição de reprodutores bovinos de raça balinesa para distribuição pelos interessados que ofereçam garantias de bom aproveitamento;

— Elaboração do cadastro das terras com culturas permanentes e dos solos com aptidão agrícola;

— Facilidades na concessão de terrenos destinados a explorações agrícolas e pecuárias;

— Facilidades e simplificação das formalidades para concessão de crédito aos agricultores e criadores de gado;

— Vinda de um especialista de parasitologia animal para estudo das doenças dos órgãos internos e das vísceras dos animais, que forçam a uma quase completa rejeição das mesmas, com graves prejuízos para a economia da Província;

— Concentração de esforços na imediata execução de obras de hidráulica na ribeira de Comoro e de Banamauo, com vista à protecção e defesa da cidade de Díli, bem como das populações e culturas de áreas adjacentes, e ainda em outros locais críticos;

— Continuação dos trabalhos de aproveitamento hidro-agrícola na planície da Maliana, programação de obras idênticas, também na ribeira Lóis, na planície de Caissabe (Maubara), e realização simultânea de outras pequenas obras onde se justifique;

— Construção de armazéns, residências, secretarias, tanques e depósitos de água nos campos agrícolas do Estado e de mangas de vacinação em Bobonaro e Viqueque.

NO SECTOR DAS INDÚSTRIAS

— Nomeação de um representante especial do Governo da Província junto da Timor Oil para fiscalização técnica e administrativa das actividades desta Companhia e da Broken Hill;

— Concessão e criação de benefícios de vária ordem (fiscais, financeiros, administrativos e jurídicos) favoráveis ao desenvolvimento da iniciativa privada e à expansão das actividades económicas de maior interesse para o desenvolvimento da Província;

— Facilidades aos investimentos nacionais e estrangeiros em certas indústrias, nomeadamente no turismo, nas pescas, nas extractivas e transformadoras;

— Realização de estudos por entidades públicas sobre actividades industriais de rendimento assegurado que mais interessam ao desenvolvimento económico e ajuda técnica gratuita às iniciativas particulares neste domínio;

— Aquisição de diverso equipamento para as fábricas de sabões e de tecidos;

— Implantação de uma fábrica de cerveja em Díli com capitais privados;

— Perspectivas da instalação de uma indústria de panificação, de bolachas e biscoitos e de outra de confecção de vestuário e ainda outra de refrigerantes.

NO SECTOR DA ENERGIA

— Instalação e entrada em funcionamento de 2 grupos geradores diesel-alternadores, de cerca de 1 000 kVa cada um, e do respectivo quadro na Central Elétrica de Díli;

— Elaboração do anteprojecto (já em fase adiantada) e do respectivo projecto da remodelação da rede de distribuição de energia eléctrica à cidade para imediata execução do empreendimento;

— Realização de estudos técnico-económicos sobre a viabilidade de aproveitamentos hidroeléctricos em diversos pontos da Província, nomeadamente em Baucau, Ossu, Viqueque e Soibada;

— Melhoramentos das redes de Liquiçá e Viqueque e instalação de redes em Ossu e Oé-Silo.

NO ÂMBITO DA COMERCIALIZAÇÃO E ARMAZENAGEM

— Adensamento da rede de armazenagem para conservação dos produtos agrícolas, pecuários ou piscatórios;
— Difundir a instituição de mercados rurais como meio válido de impor o uso da moeda, evitar a iniquidade da permuta, despertar o espírito de concorrência e facilitar a fiscalização;
— Garantir a estabilidade de preços, adquirir os excedentes agrícolas, quando haja desinteresse dos particulares, e zelar pelo regular abastecimento do mercado dos produtos essenciais;
— Tomar as medidas adequadas para aquisição, transporte e venda dos excedentes agrícolas de zonas excedentárias para outras em que haja carência;
— Apoio a iniciativas privadas, que se ofereçam viáveis e rentáveis no domínio da produção e comercialização dos produtos agro-pecuários da Província.

NO SECTOR DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Transportes rodoviários

— Instalação da firma adjudicatária do concurso da construção de estradas e aeródromos, para imediata realização dos estudos e projectos e início da construção de estradas;
— Entrega dos trabalhos de asfaltamento das principais ruas de Díli, ainda não asfaltadas, ao empreiteiro, firma Moniz da Maia Serra e Fortunato;
— Reforço do equipamento mecânico da Brigada de Estradas;
— Constituição do Gabinete de Fiscalização dos trabalhos da empreitada;
— Continuação dos trabalhos de reparação e conservação de diversos itinerários a cargo da Brigada de Estradas;
— Execução de diversas obras de arte e continuação dos trabalhos da construção da ponte Laleia;

Transportes Aéreos

— Início das terraplenagens de alguns aeródromos no âmbito da empreitada;
— Construção da aerogare de Baucau e apetrechamento

necessário do aeroporto para a sua breve abertura ao tráfego internacional;

— Conclusão do aeródromo do Oé-Cusse;

— Celebração de acordos aeronáuticos com a Indonésia e inauguração de carreiras regulares dos T. A. T. de Díli para Kupang;

— Reorganização dos Transportes Aéreos de Timor, de modo a satisfazer as crescentes exigências.

Transportes marítimos

— Entrada ao serviço da lancha de fiscalização «Tibar», recentemente distribuída pelo Governo Central à Província de Timor;

— Conclusão da reparação da lancha «Lacló» e seu apetrechamento com um novo motor;

— Realização de estudos preliminares de natureza técnico-económica com vista a definir-se a localização apropriada e o tipo de construção de ponte-cais em alguns pontos da costa marítima;

— Perspectiva da aquisição de uma nova embarcação ao Governo de Macau.

Telecomunicações

— Anulação do concurso público para estabelecimento da rede telefónica VHF interurbana, em virtude de as propostas apresentadas não se adequarem aos actuais condicionalismos da Província, e abertura de um outro em condições mais realistas e favoráveis;

— Continuação dos trabalhos de remodelação da rede telefónica interna;

— Estabelecimento das comunicações com o exterior, através da CPR Marconi, além de Lisboa e Taipé, com Macau, Indonésia, Austrália e Singapura;

— Estabelecimento dos necessários contactos com vista a entregar a exploração e assistência técnica das Telecomunicações da Província à CPR Marconi;

— Construção da 1.ª fase do edifício do Centro de Produção da E.R.T. no Bairro do Farol;

— Melhoria dos programas da Emissora e sua adaptação às reais necessidades da Província e núcleos de portugueses no estrangeiro, onde a mesma seja audível;

— Aumento dos períodos diários de emissão e maior variedade nos programas.

NO TURISMO

- — Remodelação da orgânica do Centro de Informação e Turismo;
- — Criação de uma agência de viagens (já em funcionamento);
- — Construção do Hotel Timor, em Díli, pela S.T.D.T.;
- — Beneficiações diversas no Hotel de Baucau;
- — Arrendamento da exploração do Hotel de Baucau, actualmente a cargo do CITT, e também da Pousada de Same;
- — Provável começo pela Thiess-Petrosea do Hotel da Praia de Baucau com 100 quartos;
- — Conclusão da urbanização e melhoramento da praia do Farol em Díli.

NO SECTOR DA EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO

- — Conclusão do Lar de formação social e doméstica para raparigas timorenses, no novo edifício da Assistência Social;
- — Conclusão de diversas escolas primárias em curso e construção de outras, nomeadamente em Fohorém, Maliana e em Vila Verde;
- — Continuação das obras do edifício do Lar dos Estudantes e sede dos comissariados da M. P., em Díli;
- — Ampliação da Escola de Professores de Posto Escolar Eng.° Canto Resende com mais 2 salas de aula;
- — Trabalhos finais da construção da Escola Técnica «Prof. Silva Cunha e seu apetrechamento;
- — Aquisição de diverso mobiliário e material didáctico e pedagógico para apetrechamento das escolas primárias e secundárias;
- — Realização e valorização dos cursos intensivos de preparação de monitores escolares e de aperfeiçoamento e actualização didáctica dos agentes de ensino;
- — Criação de centros de documentação especializada, junto de alguns Serviços Provinciais, nomeadamente Planeamento e Integração Económica, Estatística e Economia;
- — Elaboração do projecto do IV Plano de Fomento (1974-1979);
- — Reestruturação dos quadros de pessoal técnico e administrativo dos Serviços de Planeamento e Integração Económica;
- — Conclusão dos trabalhos em campo levados a efeito pela Missão Geográfica de Timor;

— Entrada em funcionamento dos Serviços Geográficos e Cadastrais da Província;
— Aquisição de diverso material e formação de pessoal para recolha de elementos que possibilitem o estudo e aproveitamento racional dos recursos hidrológicos de Timor;
— Funcionamento do Grupo de Trabalho para o Decénio Hidrológico Internacional, com vista a promover e coordenar as actividades hidrológicas da Província;
— Lançamento do Inquérito Agrícola de Timor que possibilitará o conhecimento dos recursos disponíveis no meio rural, com o fim de se iniciarem programas de Desenvolvimento Comunitário e outros empreendimentos directa e imediatamente relacionados com a promoção social das populações.

NO DOMÍNIO DA HABITAÇÃO E DA URBANIZAÇÃO

— Acabamento do novo edifício dos Serviços Económicos;
— Construção de residências, no interior, para funcionários dos Serviços de Educação, de Saúde, de Veterinária e de Agricultura;
— Abastecimento de água em muitos e diversos pontos da Província;
— Continuação dos programas de electrificação de povoações do interior, nomeadamente Ossu e Oé-Silo, além de melhoramentos nas redes de Liquiçá e Viqueque;
— Continuação da construção de balneários e lavadoiros públicos em diversas localidades da Província;
— Continuação dos trabalhos de asfaltagem, construção de lancis e esgotos e saneamento da cidade de Díli.

NO SECTOR DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA

— Acabamento ou continuação de diversas construções hospitalares e congéneres em curso, tais como o Hospital Sub-Regional de Baucau, hospitais rurais de Same e Suai, postos de tratamento e consulta em Soibada, Fatu-Berliu, Natar-Bora e Hato-Builico e construção de postos sanitários em Lacluta, em Uato-Carbau e em Maubara;
— Equipamento de diversos hospitais e postos sanitários, com mobiliário e materiais adequados;
— Intensificação do apoio às actividades da Brigada de

Endemias na luta contra a erradicação do paludismo, da filaríase, da tuberculose e de outras doenças endémicas;

- Ministração de cursos de enfermagem de diversas especialidades na Escola Técnica dos Serviços de Saúde e Assistência.

OUTROS DOMÍNIOS

Além destas realizações e projectos, alguns dos quais já em adiantada fase de execução, as constantes solicitações e novos campos de actuação impostos à Administração Pública, pela complexidade crescente dos problemas provocados pelo desenvolvimento económico, exigem ainda, entre outras, as seguintes actuações:

- Intercâmbio comercial com as zonas geográficas mais próximas de Timor, devido à maior brevidade das entregas e maior volume de receitas para as Finanças Públicas;
- Reforma do sistema tributário da Província, de forma a ajustar-se às estruturas económicas, possibilitando uma mais justa distribuição da carga fiscal e promovendo o investimento privado, sem prejuízo das receitas públicas;
- Perspectiva da implantação de uma Agência de Seguros e de um Banco Comercial que remunere justamente o capital;
- Reorganização do sistema creditício existente, adaptando as estruturas dos diversos organismos de crédito às exigências do desenvolvimento económico e social;
- Expansão da Caixa Económica Postal para os centros rurais economicamente mais desenvolvidos, onde capte e dinamize as modestas poupanças;
- Aumento do nível de comparticipação financeira da Província nas despesas de fomento;
- Concentração de investimentos do IV Plano de Fomento em empreendimentos reprodutivos, evitando-se a disseminação e pulverização de verbas;
- Campanhas de esclarecimento e mentalização junto da população sobre as vantagens da criação de cooperativas de produção e de consumo;
- Realização de estudos de base e prestação de assistência técnica gratuita por entidades públicas às actividades económicas do sector privado e a todas as iniciativas de interesse para o desenvolvimento da

Província e promoção económica e social da população;
- Aumento de vencimento aos servidores do Estado;
- Imposição de novas obrigações das entidades patronais aos seus empregados e trabalhadores, incluindo aumento de ordenados e salários;
- Início da programação do desenvolvimento comunitário.

PARTE FINAL

Mais um ano se passou. Admito que a obra podia ter sido mais extensiva, mas todos conhecem os condicionamentos da Província, desde o factor humano ao elemento meteorológico.

A obra é de todos, a partir do mais modesto trabalhador, e a todos o Governo fica reconhecido.

Urge caminhar mais depressa, sem desfalecimentos e com o fito único no progresso das gentes timorenses.

Devo uma palavra de profundo reconhecimento e gratidão ao Senhor Ministro do Ultramar, sempre atento aos problemas da Província, orientando, ajudando, estimulando e defendendo sempre, com firmeza e dignidade, o futuro de Timor, como parte integrante de Portugal.

E com ele, em equipa, os Senhores Secretários de Estado da Administração Ultramarina e do Fomento Ultramarino.

Evoco o Senhor Presidente do Conselho de Ministros, que heroicamente, sem tibiezas, embora em época tão difícil, vai indicando e definindo as directivas, de maneira notável e esclarecedora. Com ele temos de estar a todo o instante.

Lembro a Veneranda e nacional figura do Chefe do Estado, timoneiro firme, em permanente lição de puro portuguesismo à Causa da Pátria.

E tudo envolvendo, a Bandeira Nacional que tremula altaneira nos nossos corações e que sempre foi e será honrada e defendida pelos timorenses através dos séculos.

A todos Vossas Excelências os melhores agradecimentos pela distinta presença a esta sessão inaugural.

ÍNDICE

I — Análise da conjuntura económica e social em 1972 7
  Análise económica 8
  Razões de troca 10
  Importação 12
  Exportação 14
  III Plano do Fomento 28

II — Análise sectorial 33
  Agricultura e silvicultura 33
  Pecuária 37
  Pesca 39
  Indústrias extractivas 40
  Indústria transformadora 42
  Turismo 44
  Transportes e comunicações 47
  Correios, Telégrafos e Telefones 52
  Energia 53
  Educação e investigação não ligada ao ensino 55
  Investigação não ligada ao ensino 58
  Saúde e assistência 59
  Melhoramentos rurais 62
  Habitação e urbanização 63

III — Programação para o ano de 1973 67
  No sector agro-pecuário 67
  No sector das indústrias 69
  No sector da energia 69
  No âmbito da comercialização e armazenagem 70
  No sector dos transportes e comunicações 70
  No turismo 72
  No sector da educação e investigação 72
  No domínio da habitação e da Urbanização 73
  No sector da saúde e assistência 73
  Outros domínios 74
  Parte final 75